

## **Acta nº2/2006**

Aprovada em 20/06/06

### **ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA EM VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS**

No dia vinte e um de Abril de dois mil e seis teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a segunda sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2005:**

a) Câmara Municipal de Coimbra;

b) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

**Ponto 3 - Clube de Tiro e Sport - atribuição da Medalha da Cidade/grau ouro;**

**Ponto 4 - Regulamento Municipal da Concessão de Medalhas Honoríficas-alteração;**

**Ponto 5 - Criação da "Fundação Museu da Ciência" e extinção da "Fundação Infante D. Pedro";**

**Ponto 6 - Associação da Rota da Bairrada - adesão;**

**Ponto 7 - Associação "european Neighbour'Day/Immeubles em Fête-Comemoração do dia Europeu dos Vizinhos' 30 de Maio 2006-adesão;**

**Ponto 8 - Desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita em Pinhal de Marrocos;**

**Ponto 9 - Regimento da Assembleia Municipal-alterações.**

#### **PRESENÇAS:**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

#### **Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):**

Carlos Manuel Lopes Porto, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel Serpa Oliva, Luis Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José Baptista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Maria Reina Martin Ferreira Pimpão, Ricardo José Gouveia de Jesus Cândido, Maria Helena C. Moura Ramos, e Paulo Luís Cunha Almeida, José Manuel Oliveira Alves, João Filipe Amaro, Fausto António Santos e João Pedro Fonseca Pinto. Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Ângelo Mendes Dias, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, José Gomes Murta, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardo, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

António Reis Marques, Isabel Maria Nobre Vargues, Abílio Vassalo de Abreu, José Augusto Brito Xavier Maria Ângela Pinto Correia, Carlos Manuel Dias Cidade, Maria do Carmo Correia dos Santos, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, João André Brás Tralhão e Luís Santarino.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Mário Rui Barreto Bártolo, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes de Matos.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Fernando Jaime Alves Dias Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espirito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Catarina Isabel Caldeira Martins e Serafim José dos Santos Duarte.

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores Horácio Augusto Pina Prata, João José Nogueira Gomes Rebelo, Mário Mendes Nunes, Luís Ranito da Costa Providência, Álvaro Santos Carvalho Seco, e Jorge Filipe de Gouveia Monteiro.

**MESA:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, que foi secretariado Maria Ângela Duarte Pinto Correia como Primeiro Secretário e Margarida Maria Rodrigues Viegas, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

Deputado municipal, **Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz**, pelo período de 10 dias com início a 18 corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (PPM) na coligação “**Por Coimbra**”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **João Pedro Fonseca Pinto**

Deputado municipal, **António Maló de Abreu**, pelo período de 30 dias com início a 12 do corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (PSD) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **José Manuel Oliveira Alves**.

Deputado municipal, **João Paulo Barbosa de Melo**, pelo período de 10 dias com início a 17 de Abril corrente, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (PSD) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **João Filipe Amaro**

Deputado municipal, **Carlos Alberto Nunes da Silva**, pelo período de 10 dias com início a 13 do corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foi eleito (CDS) na coligação “**Por Coimbra**”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **Fausto António Saraiva Santos**

Deputado municipal **Martim Ramiro Portugal Vasconcelos Ferreira** pelo período de 10 dias com início a 18 do corrente mês, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **Maria do Carmo Correia dos Santos**

Deputado **Mário Manuel Guedes Ruivo**, pelo período de 10 dias com início a 20 do corrente mês, nos termos do artº 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foram eleitos pelo (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - **Luís Santarino**.

Nos termos do nº2 do artigo 38º da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Frades foi substituído pelo Secretário do Executivo da Junta - **Mário Rui Barreto Bártolo**

Nos termos do nº2 do artigo 38º da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Eiras foi substituído pelo Secretário do Executivo da Junta - **Ângelo Mendes Dias**

Nos termos do nº2 do artigo 38º da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais foi substituído pelo Secretário do Executivo da Junta - **José Marques Gomes Murta**

### **Intervenção do Presidente da Assembleia**

Ao iniciar a sessão e dada a urgência manifestada pela Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia colocou à consideração dos deputados municipais a inclusão de mais dois assuntos extra na Ordem do Dia:

**Ponto Extra – Contratação do Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Financiamento do Plano Plurianual de Investimento do Município para o ano de 2006**

**Ponto Extra – Alteração dos Estatutos da AC, “Águas de Coimbra, E.M.”**

Sobre este assunto o deputado Reis Marques disse que pensava que os documentos que não iriam fazer parte da ordem do dia, e por isso não os prepararam nem os estudaram. Assim, era difícil tomar qualquer decisão, pelo que pedia para que fossem agendados para a próxima Assembleia.

**Período Antes da Ordem do Dia**

**Intervenção do deputado municipal José Miguel Pacheco (CDU):**

“Gostava neste período antes da ordem do dia de colocar duas questões muito rápidas:

A primeira prende-se com a saída da penitenciária do centro da cidade e com a futura utilização dos terrenos que hoje lhes estão afectos.

E sobre isto queria dizer o seguinte:

São de facto reconhecidas as actuais condições de degradação deste centro prisional que já hoje não reúne as condições mínimas de habitabilidade para os reclusos e de trabalho para os guardas prisionais.

Quero com isto dizer, que a construção de uma nova Penitenciária, em Coimbra, não se trata de um luxo ou de um capricho, para tirar este estabelecimento do coração da cidade, mas sim de uma necessidade real.

Por outro lado, dizer que este não é um estabelecimento de Coimbra, mas sim do país e como tal, não deverá ser Coimbra a suportar os custos da criação de condições de dignidade para os cidadãos que cumprem pena de prisão, mas sim o Estado.

Acresce a estes dois factos que seria totalmente incompreensível, numa altura em que se constata o fim da vida útil deste estabelecimento, que não se aproveitasse para alterar a sua localização, dando outra utilização pública a esta área localizada num espaço nobre da cidade.

E isto, é tanto assim aqui, em Coimbra, como o é em Lisboa, ou noutra cidade do País.

Julgo que até aqui estamos todos de acordo.

Surge então o problema deste espaço não pertencer ao município de Coimbra mas sim ao Estado e do Estado necessitar de outro local para deslocalizar este estabelecimento. Até aqui a CDU concorda, que a cidade tenha responsabilidades em encontrar uma solução de espaço que sirva de permuta à entrega do actual.

Essa solução parece que a cidade já a encontrou, e muito bem, no Botão.

O que já não parece muito razoável à CDU e não deverá parecer aos cidadãos de Coimbra, é que o Governo queira novas cadeias sem gastar nada, mesmo que isso signifique a perda, por alienação para especulação imobiliária, dum espaço público no centro da cidade.

Ainda no que respeita a este assunto, a CDU gostava de realçar a vontade que tem sido demonstrada pela cidade, em particular na discussão sobre as soluções de vocação possíveis para terrenos e edifícios da actual penitenciária.

Tal vontade de participação tem trazido várias propostas, sendo de saudar e de estimular, numa sociedade cada vez mais alheada dos interesses públicos, esta vontade de participação.

Como tal, a CDU considera que, havendo o compromisso do Senhor Presidente da Câmara de levar este assunto à discussão pública e havendo declarações dos responsáveis do Governo que indicam que a construção do novo estabelecimento deverá iniciar-se ainda este ano, que chegou a altura de se discutir com todos aqueles que têm manifestado interesse, as várias soluções e propostas apontadas para o futuro do espaço e edifícios da actual penitenciária.

**Assim sendo, deixa a CDU, a esta Assembleia, a proposta de que ela própria convoque uma discussão pública sobre este assunto, a realizar no dia 8 de Julho do presente ano.**

Propõem-se, ainda, que a Câmara colabore nesta iniciativa com a proposta de um programa de debate e com a sua ampla participação.

Quanto ao segundo assunto apenas uma referência para o que aconteceu no Parque Verde do Mondego em que o rio levou um pedaço da margem junto às esplanadas, não no sentido de ver agora quem é que tem a responsabilidade, se é o empreiteiro, a Sociedade Polis, ou o INAG, mas sim, para referir, a evidente falta de comunicação e de gestão coordenada do rio entre todas as entidades.

O responsável municipal da Protecção Civil diz que alertou para o perigo, a Sociedade Coimbra Polis diz que não.

A Sociedade Coimbra Polis diz que o INAG deveria ter avisado do aumento das descargas, mas o responsável do INAG em Coimbra diz que não, dando-se ao luxo de acrescentar, que os responsáveis do POLIS têm o número do INAG podendo ligar sempre que quiserem informações.

Lembrava aqui, que em Janeiro passado, fez 5 anos desde as grandes cheias que resultaram do rebentamento dos diques.

Na altura as falhas foram mais do que evidentes e daí as promessas que surgiram.

Questionava aqui:

Onde está a prometida comissão permanente de observação e gestão para acompanhar a bacia do Baixo-Mondego?

Onde estão os famosos planos de emergência que nunca mais ninguém ouviu falar deles?

Quanto mais vezes vamos ouvir acusações mútuas para situações perfeitamente evitáveis e que colocam em risco pessoas e bens?

Ficam mais uma vez aqui, estas questões.”

#### **Intervenção do deputado municipal João Oliva (Por Coimbra):**

O deputado Serpa Oliva dirigiu a sua intervenção ao Presidente da Câmara, dizendo que em passeio com o neto pelo Parque Verde da Cidade, ele perguntou-lhe pelas pernas do urso. Como não soube responder e para bem daquele Parque, pediu ao Sr. Presidente da Câmara para que seja reposto o urso o mais breve possível.

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego:**

"Venho hoje aqui trazer alguns assuntos que deveriam, a meu ver, estar resolvidos. Vem ao acaso o dinheiro dos protocolos que algumas freguesias têm cativo nesta Câmara ou melhor no Departamento Financeiro há mais de 6 meses, já aqui disse que não somos empreiteiros, somos Presidentes de Junta que damos a cara todos os dias e respondemos perante os empreiteiros que nos executaram os serviços, e a quem devemos, temos por isso e por direito de receber o dinheiro para o qual estavam protocoladas as obras, dinheiro esse que, a meu ver, deveria estar esse sim, cativo e à disposição imediata das Juntas de Freguesia após a execução das obras protocoladas, feito como é óbvio o respectivo auto de verificação e medição.

Expus na anterior Assembleia o facto de a obra de saneamento nos lugares de Vale de Canas Misarela e Casal de Misarela ter sido assinado a auto consignação em Setembro do ano passado, volvidos 7 meses ainda não foi levantada uma única pedra de calçada e também não vejo modos nem jeito de ser começada a obra, ou será que desistiram de a executar?

Perguntei também se já haveria algum plano ou estudo de saneamento para a margem esquerda desta freguesia ou seja, Carvalhosas, Palheiros e Zorro, foi-me dito pelo Sr. Vereador Pina Prata que sim, gostaria de saber em que situação se encontra tal estudo.

O Verão e a abertura da época balnear estão a 2 dias do seu início, tendo esta junta de freguesia solicitado junto de V. Ex<sup>a</sup> Sr. Presidente uma reunião. Já algum tempo, digo meses, ainda não a obtivemos resposta, se calhar, quando nos fôr concedida terá passado a oportunidade dos assuntos que queríamos tratados não terem qualquer sentido, já que os mesmos teriam a ver com a Praia Fluvial, que para nós é um cartão de visita do nosso Município e da nossa Freguesia.

Mais teria a dizer e a reclamar mas vou deixar em agenda para a próxima reunião, que é costume realizar-se de tempos a tempos com V. Ex<sup>a</sup> Sr. Presidente e com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia que saudades."

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara:**

"Queria apresentar aqui nesta Assembleia, e que esta magnífica assembleia se pronuncia-se sobre o assunto de uma carta que tive conhecimento, que já foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, a que não tenho acesso. Este documento é demasiado importante para Coimbra e para St<sup>a</sup> Clara. a cidade e St<sup>a</sup> É sobre a Polis, e eu queria dizer que esta dirigida ao Governo, ao senhor Ministro do Ambiente, que fosse também do conhecimento desta Assembleia. Já que o Polis foi aprovado e houve verbas prometidas, deve chegar ao fim. Não é parar no Parque Verde, ou seja nas Docas. Penso que o Governo se deveria pronunciar se o Polis, vai ou não vai ter prolongamento para a outra margem da cidade. São esses os motivos, porque trago esta carta ao conhecimento da Assembleia Municipal.

Deixo uma cópia à mesa, para que dê um conhecimento mais profundo a cada um dos membros da Assembleia.

*"De acordo com o Plano Estratégico do Programa Polis de Coimbra, previa-se um investimento total "na ordem dos 19 milhões de contos (94,8 milhões de euros), sendo a cobertura financeira do mesmo assegurada por meios nacionais – 11,8 milhões de contos – e por fundos comunitários – 7,2 milhões de contos (35,8 milhões de euros).*

*O conjunto de acções previstas abrangia desde a elaboração dos Planos de Pormenor e realização das diversas fases do Parque Verde, à reestruturação viária e urbana (incluindo a requalificação do espaço público da Av. Inês de Castro e da Av. João das Regras e o desnivelamento à Av. João das Regras ), bem como o parque de Ciência, Cultura e lazer e a recuperação, restauro e valorização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha.*

*Tratava-se de um Plano ambicioso, mas da sua aplicação resultaram duas constatações: a insuficiência dos fundos comunitários ao programa destinados e o desfasamento entre o custo dos investimentos previstos – orçamentação e não inclusão do IVA; e os orçamentos reais.*

*Os casos mais significativos de afastamento entre o previsto e o necessário são, a título de exemplo: a variante/desnivelamento da Av. João das Regras e requalificação do Espaço Público (+ 15 a 20 milhões de euros, conforme se considere ou não a pedonalização e arranjo urbanístico da Av. João das Regras, a qualificação de parte da Av. de Conímbriga e as compensações à U.C.); a travessia do Mondego (+ 1,4 milhões de euros) ou as intervenções nas 1ª, 2ª e 3ª fases, incluindo a piscina de lazer (+6,21 milhões de euros), sem afetação dos custos de gestão e de estrutura.*

*Entretanto, o investimento público já realizado em estudos e projectos (incluindo os relativos a obras não executadas) perfaz 5,113 milhões de Euros.*

*Os fundos Comunitários efectivamente disponibilizados são no entanto, de apenas 16,9 milhões de euros, ou seja, menos 11,4 milhões de euros (só do POA e POR Centro), sem considerar os relativos ao PO da Cultura, estimados em 7,5 milhões de euros que, se não se tomam disponíveis”, elevarão a diferença para 18,9 milhões de euros.*

*As verbas necessárias para a realização das acções previstas no Plano Estratégico (sem considerar o Parque de Ciência, Cultura e Lazer, e as intervenções nos Conventos de Santa Clara-a-Velha e S. Francisco) apontam para um valor de investimento de 75,3 milhões de euros. A saber:*

*A-12,3 milhões de euros – desnivelamento e obras complementares de requalificação;*

*B-7,5 milhões de euros – pedonalização e arranjo urbanístico da Av. João das Regras;*

*C-13,5 milhões de euros- conclusão das 4ª e 5ª fases, qualificação do Parque Manuel Braga, estufas na 3ª fase, edifício Sede e Restaurante na 2ª fase e Ponte de Santa Clara;*

*D-6,5 milhões de euros – elevação e meios mecânicos;*

*E-12,0 milhões de euros- requalificação e valorização de Santa Clara-a-velha;*

*F-23,5 milhões de euros-Convento de S. Francisco/Centro de Convenções e Estacionamento Sul.*

*4.1-Decorrendo a impossibilidade da construção do Parque da Ciência e Lazer que estava orçamentado em cerca de 25 milhões de euros, propõe-se a sua substituição pela construção do Exploratório cujo investimento estimado corresponde a 10 milhões de euros.*

*4.2-Assim sendo, o montante total em falta para a conclusão do programa equivale a 85,3 milhões de euros. É esta a dimensão- acções e verbas necessárias para a concretização do Plano estratégico do programa em*

*Coimbra, sendo pois urgente promover a sua concretização no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio.*

*5-Programa Polis é um todo, como tal deve ser encarado, e perderá objectivo e unidade se amputado de partes não realizadas.*

*Quando se fala de novos Programa Polis, é nosso entendimento que não poderá aceitar-se o incumprimento dos objectivos e acções assumidas e votar-se ao esquecimento o investimento já feito e as expectativas criadas.*

*Coimbra necessita de ver completada esta intervenção sob pena de deixar cicatrizes profundas naquilo que é seu enquadramento urbanístico.*

*Para que tal seja possível é necessário que com a devida antecedência o Governo tome conhecimento do que acabamos de descrever e promova a mobilização, nomeadamente, dentro do próximo Quadro Comunitário de Apoio das verbas necessárias.”*

**Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Por Coimbra):**

“Moção em Defesa da Dignidade das Mulheres.

O grupo municipal “ Por Coimbra” propõe a esta Assembleia Municipal, a aprovação da seguinte moção:

“Num Portugal democrático, em véspera de se assinalarem 32 anos da implementação dessa mesma democracia, a Assembleia da República aprovou a Lei da Paridade, que não pode deixar de ser vista como mais do que uma agressão à dignidade das Mulheres.

A obrigação de que as listas candidatas à Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autárquicas tenham no mínimo 33% de elementos de um sexo, além das questões de ordem legal e constitucional que poderão estar subjacentes, é uma lei falaciosa, porque não promove a verdadeira igualdade de oportunidades, no acesso à vida política das mulheres.

Em defesa da Dignidade das Mulheres, tem o Estado a obrigação de criar condições de igualdade de oportunidades, sendo sim necessário que se invista a sério nas políticas sociais de apoio à família, à maternidade, para que as mulheres possam ser efectivamente, mulheres e mães podendo desenvolver e assumir o seu lugar e o seu papel na política, por opção e não por uma mera doação legislativa.

Por se entender que a Política, num Estado de Direito se faz por Mulheres e Homens e que para se estar política, sejam Mulheres ou Homens, tem de ser pela competência, pelo mérito, e pela vontade e empenho de estar;

Por se entender que a presente lei é um engano e um insulto à dignidade das mulheres, não podendo por isso nenhuma mulher, deixar de se sentir humilhada, no dia em que tiver lugar numa lista, só para ocupar o lugar que a quota feminina lhe atribuiu;

Propõem-se a esta Assembleia Municipal, órgão, no qual esta lei terá efeito, a aprovação da presente moção em Defesa da Dignidade das Mulheres.”

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

"As sessões da Assembleia Municipal têm vindo a ser negativamente marcadas por dois factos: Em primeiro lugar, o reiterado desrespeito pelas normas e princípios de funcionamento democrático instituídos por esta Assembleia, no que diz respeito ao fornecimento, por parte da Câmara, dos documentos e informações requeridos pelos deputados e considerados indispensáveis ao exercício cabal e responsável da actividade de

acompanhamento e fiscalização das actividades do executivo municipal. Com efeito, quatro meses passados desde o início do mandato, as informações solicitadas à Câmara continuam a ser omitidas, ignoradas ou cirúrgica e pontualmente libertadas a conta gotas, como é o caso do requerimento apresentado por nós em 28/12 sobre as remunerações do Conselho da Administração das Águas de Coimbra e que quatro meses depois é respondido na véspera desta Assembleia. Assim se revela a *sui generis* concepção democrática deste executivo. Aguardamos com alguma expectativa a análise do relatório de avaliação sobre o grau de observância do respeito pelos direitos e garantias consignadas no Estatuto do Direito de Oposição, que tal como estabelece a Lei n.º 24/98 de 26 de Maio no seu art.º 10.º 1., deve ser elaborado até ao fim de Março.

Em segundo lugar, e em face das propostas politicamente construtivas apresentadas pela oposição, ou das críticas que legitimamente são dirigidas às opções e acção do executivo, a bancada da maioria (PSD/PP/PPM) que o suporta, tem optado, na ausência de melhores argumentos, pelo insulto gratuito e vazio de sentido. Os deputados do BE ora são apelidados de “fundamentalistas da opinião e da moral”, ora de “inquisidores contemporâneos” entre outros mimos de idêntico recorte burlesco. Da parte da câmara, somos alvos de tentativas de silenciamento, através da ameaça de processos judiciais, que há muito conhecemos e que jamais se concretizam, porque infundados.

À Assembleia Municipal atribuiu a lei um imprescindível papel no acompanhamento e fiscalização da governação do município. Cumpre aos deputados eleitos exercer com rigor e independência essas mesmas funções. Não aceitamos, por isso, como uma inevitabilidade, em razão da aritmética representativa, que a maioria PSD/PP/PPM possa transformar este órgão num receptáculo passivo e acrítico de mera ratificação das propostas e políticas do executivo, transformando a Assembleia num mero órgão de fachada, sem real capacidade, eficácia, sequer vontade de fiscalização. Este não é um mero cenário virtual, mas uma possibilidade bem real quer em face da evidente concertação entre as maiorias e os líderes da Câmara e da Assembleia Municipal, partidariamente motivada, e em absoluto desprezo pelo interesse da cidade e pelos deveres democráticos assumidos; quer pelo posicionamento das principais forças políticas da oposição que enredadas na partilha do poder executivo municipal se abstêm de assumir uma posição de intransigência na exigência do cumprimento e respeito pelos direitos da oposição, omitindo, ou menorizando os atropelos ao funcionamento democrático da Assembleia.

Recusamos liminarmente qualquer tentativa de coarctar os nossos direitos e deveres de oposição. Procuraremos elevar a discussão e dignificar o papel desta Assembleia, assumindo a crítica frontal e directa, clarificando linhas de demarcação em relação às políticas que consideramos erradas, ou fazendo propostas e procurando as convergências necessárias para a defesa dos interesses da cidade.

Desistam, pois, aqueles que porventura pensem que intimidando-nos nos farão inflectir este caminho de assumida e desassombrada crítica a tudo aquilo que consideramos como atentatório dos interesses dos/as cidadãos/ãs e da cidade. Quer se trate de descaradas e grosseiras violações do PDM, para satisfazer eventuais apetites e interesses imobiliários de potenciais financiadores ligados à maioria, alienando espaços públicos e atropelando a lei, ou de

favorecimentos cirúrgicos em função do que aparenta ser uma complexa teia de relações de cumplicidades várias que parecem entrecruzar-se de forma bastante nebulosa. Quer se trate do Eurostadium, dos Jardins do Mondego, de vivendas particulares, ou da Penitenciária.

Infelizmente, o executivo municipal continua a dar-nos sobejos motivos de preocupação. Veja-se os episódios recentes em torno da vivenda do munícipe Tavares de Almeida, Administrador do Finibanco e patrocinador da AAAC/OAF. A sucessão de notícias da imprensa local sobre o caso dava uma série televisiva que bem se poderia intitular “ O Polvo”, tal o emaranhado do tentacular jogo de interesses, cumplicidades e solidariedades activas, ao que parece, partidariamente transversais, e que suscitam legítimas dúvidas. A trama inicia-se com a decisão de embargo de obras por violações grosseiras do projecto inicial aprovado, nomeadamente aumento para o dobro da área bruta de construção (1169m<sup>2</sup>), abertura ilegal de um arruamento para a circular interna, destruindo parte do coberto vegetal da zona verde de protecção, alterando a topografia do terreno e destruindo propriedade pública e privada. Em paralelo com este embargo, –demasiado tardio, o Presidente da Câmara afirma publicamente que o caso configura uma situação de enorme gravidade e decide instaurar um processo de inquérito interno. O vereador, João Rebelo que assina o despacho de embargo a 1 de Fevereiro, afirmando que até à data desconheceria as violações ao projecto inicial, bem como todo o resto de ilegalidades atrás referidas, é desmentido pelo dono da obra que afirma haver total conhecimento, da mesma, quer por parte do vereador João Rebelo, quer do então Director Municipal do Urbanismo, José Eduardo Simões.

Pelo meio, a Polícia Judiciária investiga as possíveis relações entre a Câmara de Coimbra, a AAC/OAF a que preside José Eduardo Simões, já constituído como arguido, e os promotores imobiliários. Um mês transcorrido, o executivo aprova, curiosamente, por unanimidade, a possibilidade de levantamento parcial do embargo. Do inquérito interno, decidido pelo Presidente, não consta qualquer notícia. Entretanto, noticia a imprensa que a última sessão do executivo municipal foi fértil no apimentar do enredo, com o vereador Vítor Baptista empenhado na defesa do bom-nome do munícipe prevaricador, e o vereador comunista Gouveia Monteiro insinuando que a intervenção socialista se moveria por eventuais relações de amizade e quiçá cumplicidades, acrescentamos nós a hipótese. Por fim, a resposta pronta de Luís Vilar, dizendo que, em matéria de especulação imobiliária, melhor fazia o vereador da CDU ter cuidado com os telhados de vidro, pois que também a houve em terrenos pertença de militantes comunistas. Ainda mais recentemente ficámos a saber que também Luís Vilar terá sido indiciado por eventual prática de corrupção e tráfico de influências que envolverá poderosos interesses imobiliários. É caso para se afirmar: ou há moralidade ou comem todos. Mas que grande trapalhada meus senhores. Onde pára a ética política e a transparência no exercício do poder?

Mais um atentado à cidade está em marcha com a programada alienação de terreno libertado pela deslocalização da Penitenciária de Coimbra. São cerca de 6 ha de terreno que suscitam a maior cobiça das promotora imobiliárias e onde porventura a Câmara descortina uma oportunidade soberana de encaixe financeiro, à custa dos interesses da cidade e dos/as cidadãos/ãs. A receita parece simples e tem vindo a ser repetida: altera-se o PDM, autorizando a

construção e privatizando-se um espaço nobre que deveria ser devolvido à cidade como terreno público e, essencialmente, espaço verde. A entrega do terreno à especulação imobiliária corre o sério risco de criar naquele espaço mais um monstro que conviverá mal com a zona, acarretando prejuízos para qualidade da vida urbana. Argumenta-se com a necessidade de respeitar um protocolo com o Ministério da Justiça, no sentido de rentabilizar os terrenos para financiar a nova penitenciária a construir no Botão e de honrar compromissos eleitorais que previam a transformação da Penitenciária em equipamento cultural. Ora, é preciso que fique claro que a cidade não tem de pagar a transferência da Penitenciária e muito menos a construção de uma nova. Essa é uma responsabilidade do governo central. Coimbra já contribuiu durante anos, suportando no seu seio uma anacrónica prisão de alta segurança. Por outro lado, qualquer programa de intervenção na Penitenciária, no sentido de a devolver à cidade como espaço qualificado, deve passar por uma ampla discussão pública, impedindo desta forma, que mais uma vez se caia em intervenções fragmentárias, incoerentes e desarticuladas em detrimento de uma visão estratégica, programada e planeada.

É preciso que acabem, de uma vez por todas, as obras casuísticas, ao sabor de palpites e sonhos mais ou menos megalómanos de deixar obra, de que é exemplo mais recente o projecto de cobertura e video-vigilância securitária das ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz. Urge pôr fim não só ao desperdício de dinheiros públicos, em medidas que não resolvem problemas, antes os potenciam e criam novos. como também à continuação de uma política de venda da cidade a retalho aos interesses privados.”

**Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):**

“Coimbra tem vivido nos últimos tempos uma situação de indefinição e de desnorde no que se refere ao sector da educação.

Do reordenamento da rede escolar, expresso no encerramento de escolas do 1º ciclo, ao designado “ movimento em cascata” que tem como pressuposto a reorganização do 1º ciclo, nomeadamente em escolas com regime de desdobramento de turmas, à falada mega escola que abarcaria todo o ensino básico... tudo isto tem sido tornado público pela comunicação social e, nós, membros da Assembleia Municipal, nada sabemos sobre a posição da Autarquia, na pessoa responsável pelo Pelouro da Educação, neste caso o Sr. Presidente da Câmara Dr. Carlos Encarnação, ou do Concelho Municipal de Educação, órgão criado com a intenção primeira de, cito o artº 3 do Dec.Lei 7/03 de 15 de Janeiro, *promover a nível municipal a coordenação da política educativa.*

Pretendo nesta minha intervenção chamar a atenção e alertar para o facto de, intencionalmente, ou não, estarem os órgãos e entidades municipais responsáveis por decidir e opinar sobre medidas e orientações de política educativa local, a começar pelo Sr. Presidente da Câmara, a serem colocados à margem das decisões, desde logo pelo desconhecimento das propostas e das intenções. É essencialmente por esta razão que entregarei à mesa uma Moção que pretende da bancada da CDU, objectivamente salvaguardar os direitos que não prescindimos de exercer, e nós elementos dessa bancada e penso que todos nós deputados eleitos para esta assembleia, e Presidentes de Junta e que outros, fora dos órgãos autárquicos, parecem pretendem limitar.

Sobre esta matéria passarei a expôr algumas preocupações da bancada da CDU, sendo para algumas delas agradecemos esclarecimentos a esta Assembleia por parte do Sr. Presidente da Câmara.

1- Carta Educativa-aquela que o Concelho de Coimbra ainda não tem e, se a mesma estivesse já elaborada seria decerto hoje um instrumento de salvaguarda a muito dos atropelos que o Governo, através do Ministério da Educação e da DREC pretendem impôr a Coimbra.

Segundo o Ministério da Educação das cartas educativas terão de estar aprovadas até Maio, por isso e, dado os passos que da elaboração à aprovação têm de ser seguidos, Câmara, Conselho Municipal de Educação, Consulta Pública, Assembleia Municipal... parece-nos que chegou o momento desta questão ser prioritária e urgente para esta Autarquia.

Por isso, Senhor Presidente da Câmara pedimos celeridade neste processo.

Outro aspecto Conselho Municipal de Educação, órgão como já referi anteriormente de extrema importância nas decisões política educativa e que deve merecer o respeito da DREC e do Ministério da Educação, refiro isto, porque nos parece que não tem sido dado o devido respeito e dignidade a este órgão de poder local.

2- Conselho Municipal de Educação - órgão que deve merecer o respeito da DREC e do Ministério da Educação que deve funcionar e executar as suas competências com a regularidade que a legislação prevê, dignificando as suas funções e o objectivo para o qual foi criado. Sr. Presidente esta Câmara, esta Câmara por certo não esqueceu que o mandato deste órgão terminou aquando das eleições autárquicas logo, é necessário desencadear o processo de reconstituição do mesmo, dar-lhe posse o quanto antes, tendo em conta sobretudo o papel desta entidade na avaliação da Carta Educativa, instrumento que como já referi não pode mais ser adiado.

3- Rede Escolar

3.1- Encerramento de Escolas/Escolas de Acolhimento

Os contra-sensos destas medidas e intenções subjacentes às mesmas, estão bem evidentes no pedido feito recentemente pelo Ministério da Educação /DRE's aos órgãos de gestão dos Agrupamentos e às Câmaras Municipais. Vejamos: encerram-se escolas na lógica da promoção do sucesso escolar-poucos alunos (e não falamos de 5 ou 10, 13 ou 15 também podem ser considerados poucos na lógica do Ministério da Educação, se é que ela existe), material pedagógico antigo (não esquecer que durante anos e anos o Estado não valorizou nem apetrechou as escolas do 1º ciclo, adequando o material didáctico às novas exigências e programas)... Os alunos serão transportados quando a distância for superior a 3Km, porque andar 3Km, à chuva, ao frio ou ao calor não é nada (mas talvez o Sr. Primeiro Ministro e a Ministra da Educação pensem que todas as famílias devem ter o seu carro, horários profissionais compatíveis com transporte dos filhos...) e então vão felizes para a nova escola que deverá ter as tais condições favoráveis à melhoria das aprendizagens e como tal favoráveis ao combate ao abandono e insucesso escolar.

É então, por tudo isto, que o tal pedido que acima referi, pretende uma estimativa de custos, apenas para as ESCOLAS DE ACOLHIMENTO, e cito "para a realização de obras consideradas indispensáveis, nomeadamente a nível de revisão de cobertura, das pinturas de exteriores e interiores, de água

e esgotos, reparação de caixilharia e portas, da instalação eléctrica e outras”...!!!

É isto que diferencia a qualidade da escola que fecha da de acolhimento? Parece-me que o atrás enunciado será comum à manutenção de qualquer edifício escolar? Então e os refeitórios? E os espaços polivalentes para as actividades extra curriculares? Então e o reforço e actualização do material didáctico? Alguém parece estar a querer enganar-nos? (Falar do exemplo do Centro Escolar de Melgaço).

Sr Presidente da Câmara, a Sr<sup>a</sup> Ministra e o Sr<sup>o</sup> Director Regional continuam a insistir que têm actas de sessões de todas as Câmaras (à excepção da Covilhã) com a aprovação do encerramento de escolas. Qual a situação da Câmara de Coimbra perante esta questão?

3.2- Movimento “Cascata”/Mega Escola/R.com DREC e Mt<sup>a</sup> da Educação

O que se pretendia? Acabar com as turmas em desdobramento por via de:

-Transferência de alunos para as EB2/3

-Concentração de alunos das turmas excedentárias numa MEGA ESCOLA onde se concentrasse todo o ensino básico.

Sr. Presidente, gostaria a CDU que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse esta Assembleia de:

1º-quais as intenções do Ministério da Educação para o ordenamento da rede escolar do concelho de Coimbra e mais especificamente da cidade, uma vez que a Sr<sup>a</sup> Ministra teve uma reunião com V<sup>a</sup> EX<sup>a</sup>.

2º-qual o envolvimento da autarquia, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup> no estudo e avaliação destas propostas emanadas do Ministério da Educação e da DREC, ou seja, estas entidades quiseram ouvir a opinião do responsável pelo Pelouro da Educação da Câmara de Coimbra?

Um último apelo: Dr. Carlos Encarnação não permita que se repita o que aconteceu aquando da constituição de Agrupamentos. Lembro que a Câmara de Coimbra tinha uma proposta, discuti-a com a comunidade educativa, se não me falha a memória pelo menos em dois momentos diferentes, e, no final a DREC impôs o que muito bem entendeu, desrespeitando a autarquia e a comunidade educativa. Obviamente que temos consciência que cabe ao governo e ao ministério da educação, neste caso, definir políticas na base do seu plano de acção mas, temos também consciência, ou se não a temos devemos ter, que não podemos pactuar com orientações e directrizes que violam a legislação em vigor, que desrespeitam os direitos consagrados aos agentes educativos, não podemos pactuar com uma política assente em pressupostos e argumentos que, podem ter outros fins, mas não certamente os apregoados fins pedagógicos e de combate ao insucesso escolar. Estes, servem apenas para, como diz o ditado popular, “tapar o sol com a peneira” pois “com papas e bolos se enganam os tolos” e é nesta perspectiva, como se tem verificado em diversas áreas, que o Governo, personificado na pessoa do Eng<sup>o</sup> Sócrates, pretende impor as suas medidas e decisões.”

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, se me permite ler a moção.

### **Moção**

“A Autarquia, através dos seus órgãos (Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, Assembleia de Freguesia) tem responsabilidades e deveres para com os cidadãos que constituem a comunidade do concelho.

Nas diferentes áreas da responsabilidade do poder local, as que se referem à educação têm, para além das orientações nacionais emanadas pela tutela, instrumentos e órgãos com responsabilidades directas nas definições das prioridades e estratégias para uma resposta educativa de qualidade para o concelho. Referimo-nos à Carta Educativa, ao Conselho Municipal de Educação e ao responsável pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal. Coimbra tem vivido nos últimos anos um clima de grande instabilidade no que respeita a orientações e directrizes quanto às opções de política educativa do concelho. A comunidade educativa e os órgãos de soberania do poder local com responsabilidades e funções atribuídas nesta área, têm sido relegados para segundo plano e as decisões têm sido tomadas sem os mesmos serem consultados, logo, sem o seu contributo.

Os deputados da CDU com assento na Assembleia de Coimbra, perante a crescente desorientação na definição da política educativa do concelho, por parte do Ministério da Educação e das entidades locais que o representam (DREC), nomeadamente no que respeita à rede escolar, e perante as sistemáticas informações e contra-informações quanto a opções a tomar, das quais se toma conhecimento meramente pelos órgãos de comunicação social, num claro desrespeito pelos responsáveis locais pelas questões da educação, exortam o Sr. Presidente da Câmara, enquanto responsável pelo Pelouro da Educação e Presidente do Conselho Municipal de Educação, a que, **na salvaguarda dos direitos dos cidadãos, da comunidade educativa e dos órgãos com responsabilidades locais na área da educação, assuma o compromisso de que, em toda e qualquer situação que implique estratégias e orientações de política educativa, não permita que as mesmas sejam governamentalmente impostas, à margem da auscultação de quem a nível local, tem responsabilidades e funções que não prescindem de exercer.**

A Assembleia Municipal de Coimbra, no respeito que nos merecem os cidadãos que nos elegeram e que em nós, deputados municipais e presidentes de juntas de freguesia, confiaram os destinos e os interesses do concelho de Coimbra, não pode deixar exigir do Governo, do Ministério da Educação e da Direcção Regional do Centro, respeito pelos órgãos e entidades representativas dos cidadãos de Coimbra.”

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:**

O Presidente da Junta de Freguesia de Souselas de uma forma muito simples e directa apresentou dois assuntos:

Um é de facto manifestar a minha preocupação, naturalmente também a minha solidariedade para com os trabalhadores da fábrica “Mármorez Batanete”, também dizer que os proprietários, da fábrica têm que naturalmente assumir a sua responsabilidade social, para com aqueles trabalhadores.

O outro assunto é a co-incineração onde considerou que de forma sistemática e persistente, não passando de uma teimosia, a queima dos resíduos industriais perigosos na fábrica da Cimpor.

Enquanto autarca, Presidente da Junta da freguesia de Souselas manifestou-se preocupado e neste sentido apresentou a seguinte moção:

#### **Moção –Rejeição da Co-incineração**

“A Co-incineração é um processo de duvidosa eficácia e implementação, sendo, por isso, colocada no final da escala de preferências para a gestão de resíduos, devidos aos problemas ambientais e sociais que causa.

Actualmente, existe um sistema proposto para a gestão e tratamento de resíduos industriais perigosos, os CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos.

Existem no país empresas com a capacidade para a procederem à reciclagem de resíduos perigosos, não fazem por isso qualquer sentido queimar.

Considerando que:

- a)-Portugal é subscritor da Convenção de Estocolmo, que aprovou através do Decreto nº15/2004, de 3 de Junho;
- b)-A escolha de Souselas e de Coimbra não obedece a critérios de natureza técnica nem ambiental;
- c)-A Co-incineração não é um processo inócuo, tal como ficou aprovado nos mini-testes realizados em 2001, em que houve um aumento de emissões em praticamente todos os parâmetros;
- d)-Não houve procedimento de avaliação de impacte ambiental tal como é obrigatório, por lei, nos projectos com incidências ambientais, nomeadamente a queima de Resíduos Industriais Perigosos;
- e)-O Distrito de Coimbra produz 0,7% do RIP do país;
- f)-Na análise de risco transporte a opção de Souselas é a pior por, ser a cimenteira mais afastada dos centros produtores de resíduos e dos futuros CIRVER;
- g)-Na análise de risco tecnológico, a queima em Souselas é de toda desaconselhada, pela proximidade física ao complexo hospitalar de Coimbra;
- h)-A população da Freguesia de Souselas apresenta um défice de saúde, com prevalência num conjunto de patologias acima da média regional.

A Assembleia Municipal de Coimbra delibera:

- a)-Rejeitar a Co-incineração
- b)-Que as autoridades de saúde estudem e acompanhem as populações das freguesias do quadrante norte do concelho de Coimbra.”

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Botão:**

O Presidente da Junta de Freguesia do Botão colocou as seguintes questões:

-Extensão do Centro de Saúde do Botão - Enviei um ofício ao Sr. Presidente para lhe dar conhecimento da situação em que se encontra o imóvel e as condições em que está a funcionar. Informe-me que facto não são as melhores. A resposta, ou informação que me foi dada não me agrada absolutamente nada.

Estranho que o assunto tivesse sido enviado à ARS do Centro, porque do conhecimento que tenho, o imóvel não pertence à ARS, mas sim à Câmara Municipal. E o que eu pretendo é tão só que o edifício seja melhorado para que os seus funcionários e os utentes sejam bem servidos.

Não quero ficar com problemas de consciência de que o Sr. Presidente da Câmara não foi alertado pelo Presidente de Junta das condições do imóvel.

Não pretendo, que em tempos futuros algum Ministro se lembre de fechar o Centro de Saúde, por ele não ter condições!

A outra questão é sobre a Estrada Nacional nº336, que até hoje, não sei se ela é do Instituto de Estradas de Portugal ou se é Camarária. Sabe também quanto eu, que derivado às obras de saneamento, em algumas zonas ela vai ser

desventrada. Peço-lhe que tome as devidas providências que o restante da estrada que está muito danificada, seja toda ela reparada.

Outra questão é a variante da Larçã, já está há muito tempo pedida, vem inscrita nas Grandes Opções do Plano com verba definida. Gostaria de saber o que já foi feito, para que se comece a fazer o levantamento topográfico do terreno da infra-estrutura que muito é necessária na parte norte do concelho de Coimbra, nomeadamente na freguesia do Botão.

**Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):**

"Na última Assembleia Municipal fui escolhida pela minha bancada e eleita para uma comissão de acompanhamento para o Hospital Pediátrico. É nessa qualidade que vou para dar conta das iniciativas tomadas.

Cerca de uma semana após da última Assembleia Municipal encontrámo-nos e decidimos marcar uma reunião com o Presidente da Administração do CHC e outra com o Presidente da ARS.

Logo no dia 3 de Março fomos recebidos pelo Dr. Rui Pato, Presidente da Administração do CHC, que nos garantiu ter o maior gosto em nos receber mas, que de facto sobre a evolução das obras do Pediátrico nada sabia, para além do que é do domínio público, isto é, havia um problema técnico, que os projectistas estavam a tentar resolver.

A 16 de Março, fomos recebidos pelo Presidente da ARS que nos afirmou ter todo o gosto em nos receber, vincando que nós éramos os interlocutores ideais, para além de sermos representativos, porque fomos eleitos democraticamente, temos todo o direito de sermos informados além de sermos também o veículo ideal para transportar informação para a comunidade.

Explicou-nos as diligências já feitas no sentido da resolução do problema técnico, garantindo que não havia mais nenhum problema para além desse.

Disse-nos ainda que ele próprio esperava que desta vez que "a culpa não morresse solteira", que os responsáveis pelos tais erros técnicos haviam de aparecer e ser responsabilizados. Também avançou com a informação que já estava escolhida a alternativa técnica, face às dúvidas que se tinham colocado e que o respectivo projecto estava a ser desenvolvido.

A concluir, sugeriu que dada a nossa representatividade e interesse, nos encontrássemos uma vez por mês para fazermos o ponto de situação. Claro que concordamos e marcamos a reunião seguinte para 13 de Abril.

A 13 de Abril, o Presidente da ARS informou-nos que finalmente tínhamos o projecto devidamente corrigido e consequentemente, ele próprio já tinha mandado recomençar a principal frente da obra.

As nossas questões principais nessa reunião foram:

- 1-Responsáveis pelas anomalias técnicas, já há;
- 2-Nova calendarialização para o desenvolvimento da obra;

Para estas duas questões ainda não tinha resposta. Mas, ambas estavam a ser tratadas.

Sobre o novo calendário adiantou mesmo, que dentro de dois meses ele estaria disponível. Mostrou vontade de ter ao longo de toda a obra uma comissão de acompanhamento designada pela Assembleia Municipal, e disse-nos mesmo que já teria escrito uma carta ao Sr. Presidente nesse sentido.

Sobre isto, houve mais pessoas que estiveram presentes se quiserem depois colmatar esta informação muito resumida mas foi o que conseguimos obter.

Já agora quero falar sobre a moção que foi apresentada pelo Grupo Municipal “Por Coimbra”.

A minha posição e da minha bancada, é que efectivamente nós somos contra as cotas. Achamos que não é por vias administrativas que a paridade das mulheres nos órgãos se resolve. Eu pessoalmente, que até a determinada altura tive algumas dúvidas, perdi as dúvidas completamente em relação à minha posição sobre as cotas, quando vi nomeadamente da parte de responsáveis da ordem dos médicos, dizer que eram preciso cotas masculinas para a faculdade de Medicina. Portanto, sou contra as cotas em geral porque acho que não é por razões administrativas, e de facto qualquer dia a situação inverte-se e portanto não vale apenas irmos por aí, na minha opinião.

No entanto, lamento que a proponente irá sair, penso que os termos desta moção, como digo concordamos com eles, mas, estes termos revelam alguma hipocrisia política. Porque falar-se aqui na defesa da indignidade das mulheres em relação a esta questão das cotas, é relativamente indigno entrar numa lista porque se é mulher acho que sim, é relativamente indigno. Agora indignidade efectivamente é para as mulheres serem tratadas nos tribunais como têm sido tratadas a propósito do aborto, que são empurradas para os tribunais, as pobres são empurradas para os vãos de escadas para fazerem os abortos clandestinos, e as ricas vão fazê-los para o Estrangeiro.

Isto é que é um supra-sumo da dignidade das mulheres que está em causa.

A minha bancada relativamente a esta moção, efectivamente vai votar a favor. Porque no essencial somos contra as cotas, não há dúvida nenhuma.

Agora haja menos hipocrisia política, porque o que é uma indignidade estar numa lista de mulheres, porque tem de preencher X%, comparar com a indignidade para que são empurradas as mulheres quando se sentam nos tribunais, quando são humilhadas em público, são expostas publicamente, porque foram forçadas a fazer um aborto clandestino.

Lamentamos que a força política de onde vem esta moção só se preocupe com a dignidade das mulheres, no que respeita às cotas!”

**Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):**

"Subscrevo integralmente aquilo que a senhora deputada Margarida Viegas referiu em relação ao Pediátrico, dado que a comissão era constituída por ela, por mim próprio, pelo Dr. Nunes da Silva, pelo Serafim e pelo Presidente de Junta de Santo António dos Olivais.

Só fazer referência a um apelo que recebemos na primeira reunião do Sr. Presidente do Conselho da Administração do CHC, que não tinha a responsabilidade directa sobre o processo do Hospital Pediátrico, mas tinha grande responsabilidade sobre o Hospital dos Covões.

Queixou-se a todos nós, das preocupações que por exemplo o Sr. Presidente da Câmara, não tivesse tanta preocupação com as centenas e centenas de doentes, que circulam dentro das ambulâncias, que tem de andar a 20km à hora naquela estrada de acesso ao hospital dos Covões, via freguesia de S. Martinho do Bispo.

De facto, é uma situação gritante ver algumas condições que se verificam naquela estrada e as condições com que chegam os doentes às urgências do CHC. Isto é que é lamentável, quando se verificou que do Hospital dos Covões para a zona de St<sup>a</sup> Clara, foi possível meter um tapete naquela

estrada, no sítio onde circulam as ambulâncias, principalmente as que vem da auto-estrada encontram uma estrada bastante degradada.

É um apelo que aqui fica, penso que este tema já foi aqui abordado e que se tome as devidas providências para que as coisas melhorem naquela zona.

Outro assunto é de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara por ter distribuído este livro “Um olhar sobre programa operacional da região centro da CCDR”, chamou-me a atenção aqui nos equipamentos desportivos, neste balanço de 2002 a 2005, que de facto por negócio feito com a empresa “Grupo Amorim” para a instalação do hipermercado Dolce Vita, algumas contrapartidas que vieram aqui à Assembleia Municipal foi a instalação de três piscinas municipais. Uma das componentes caberia ao Grupo Amorim investir, sabemos qual foi o investimento feito, foi só o bruto praticamente, todo o resto eram apenas do Município. A questão que se me coloca, apesar do Grupo Amorim ter feito o investimento que fez, a Câmara ter feito o investimento (creio que até foi mais caro). Porque sabemos que são as componentes essenciais para o funcionamento das piscinas, como é que três infraestruturas desta dimensão, não foram consideradas, fundos comunitários. Será que a Câmara não se lembrou de as candidatar?

O mais importante é responder porque é que elas não receberam financiamento.

Já abordei por várias vezes noutros fóruns, os problemas criados em relação às águas de algumas piscinas, nomeadamente o que tem acontecido regularmente nas piscinas da Pedrulha. Se calhar aquilo que sai barato muitas vezes se torna caro. Não é caro em dinheiro, mas sim à saúde das crianças. Vou ficar por aqui e espero por resposta, todos sabemos o que estou a falar, não é por acaso que foi recusado o financiamento à Câmara Municipal de Coimbra, face à incapacidade técnica de apresentarem o projecto como deve ser.

Outro assunto é sobre a polémica que há dias veio a público, e que eu nomeadamente em 2004, chamei à atenção para a seguinte situação.

Quem passa pela Ponte de Santa Clara, não pode ficar indiferente ao estacionamento de dezenas de “Auto-Caravanas”, na Praça da Canção, bem juntinho ao nosso Rio Mondego.

Trata-se sem dúvida de gente boa, que tem um espírito de aventura, com regras que eles mesmo impõem a si próprios, na forma de utilizar deste meio de transporte para lazer, gozando de forma mais livre porque a sua mobilidade a isso permite os seus períodos de descanso.

Não questionando, pelo contrário, compreendendo a utilização daquele espaço, porque o local é fabuloso para esse efeito, deve-se apesar de tudo colocar uma questão a quem de direito, no caso à Câmara Municipal de Coimbra. Perante as condições de salubridade ali existentes para servir com dignidade aqueles que nos visitam por aquele meio, dado que são viaturas que necessitam de infraestruturas próprias, nomeadamente para os seus despejos, assim como para o fornecimento de água.

Creio que não existem no local porque não foi concebido para isso e o próprio Parque de Campismo também não serve estes utentes, face à exiguidade de espaço para as designadas “Auto-Caravanas”.

Sendo assim, estamos perante uma comprovada falha em relação a este tipo de turistas, que já provaram gostar de passar e estacionar durante alguns dias em

Coimbra, pelo que seria justo que se promovesse e criassem as mínimas condições, no âmbito do programa Polis, no Parque Verde do Mondego, margem esquerda, através de um espaço apropriado e com as condições necessárias e exigíveis para o estacionamento de “Auto- Caravanas”.

A proposta é simples, as obras não são difíceis, nem dispendiosas, e pelo contrário têm retorno, em linguagem economicista, e Coimbra fica a ganhar por receber bem, quem vem por bem.

A instalação daquilo que eles designam de “Estação de serviço”, pequeno espaço com água, ficha eléctrica e “caixa de recepção de efluentes”, por meio de utilização a pagar com uma ficha, ou com uma moeda conforme o preço a estabelecer pelos órgãos do município.

À cerca de um ou dois meses, uma iniciativa internacional de auto-caravanas, de espanhóis, italianos e portugueses, procuraram promover em Coimbra uma acção de solidariedade ambiental, oferecendo e solicitando locais, à Câmara Municipal, para plantar árvores, como forma simbólica de manifestarem solidariedade com todos aqueles que sofreram a devastação dos últimos incêndios na região.

Contactaram a Câmara, sempre lhes foi dizendo que sim e acompanhava a iniciativa.

A organização tinha tudo mobilizado centenas de auto-caravanas, local da concentração a Praça da Canção.

Uma semana antes, a Câmara Municipal diz que não podem ir para aquele local, onde se encontravam já centenas de auto caravanas, que tinha esta função, uma função solidaria não podem ir para aquele local, só podem ir para o Parque de Campismo.

Conclusão:

- Centenas de turistas em época baixa não ficaram em Coimbra;
- Centena de árvores não foram plantadas em local a ser indicado pela Câmara Municipal de Coimbra;
- A própria Câmara Municipal de Coimbra utiliza arte e manhas, para enganar quem nos visita;
- Quem perde é a Cidade, os comerciantes da baixa;

Nós todos não temos, de facto, culpa deste tipo de asneiras que são feitas na Câmara Municipal de Coimbra.

Fico preocupado como os turista são tratados na nossa Cidade.”

### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:**

Mais uma vez, chamou a atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a falha de não aprovação das actas desta Assembleia.

Chamo a atenção de V.Ex<sup>a</sup> para o facto de, as intervenções dos deputados por vezes têm necessidade de serem corrigidas, em virtude de terem anomalias na gravação.

Em primeiro lugar queria fazer um esclarecimento ao senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda.

A Académica OAF é patrocinada pelo Finibanco, há muitos anos, antes da gestão do Eng<sup>o</sup> Eduardo Simões, e não é patrocinada pelo Dr. Tavares de Almeida.

Quando o senhor deputado se dirige aos deputados municipais, aos cidadãos de Coimbra e à comunicação social sobre qualquer matéria, tem de dar a informação correcta.

Quero dar conta ao Sr Presidente da Câmara, de uma situação que se está a passar na Baixa de Coimbra, mais concretamente no Centro Histórico. Sr Presidente nós queremos a Cidade de Coimbra, a Baixa e a Alta limpas, e tem que haver meios. Estamos sem distribuição de sacos para o lixo, na parte da restauração (sacos grandes) à cerca de mês e meio, e nos domésticos vai na terceira semana que não há distribuição por parte do município.

Nós cedemos as nossas instalações porque no passado eram os autarcas que os distribuía. Recordo a V. Ex<sup>a</sup> que um dos seus pares de vereação me apelidou nesta Assembleia de mentiroso. Nunca mais me esquecerei. Penso que foi a primeira pessoa que teve a coragem de dizer que eu estava a mentir.

Espero que agora não digam que também estou a mentir. Porque na verdade os funcionários da Câmara não estão lá a distribuir os sacos. Na porta da Junta de S. Bartolomeu houve a preocupação de colocar um papel, a dizer: *“Esgotados os sacos para o lixo”* Aliás um órgão de comunicação social desta Cidade, o qual agradeço publicamente, teve a amabilidade de publicar, para que as pessoas não se deslocassem ao local em vão.

Chamava a atenção de V.Ex<sup>a</sup>, nem que se comprem uns sacos em qualquer lado, mas que se resolva esta situação, porque acho que está a conspurcar a Baixa de Coimbra e é aquilo que nós não pretendemos.

Por outro lado queria dizer que finalmente no executivo municipal, a margem esquerda está bem defendida, verifica-se que nas actas do executivo nas suas intervenções defende o senhor vereador Coronel Álvaro Seco, St<sup>a</sup> Clara, a Baixa de St<sup>a</sup> Clara, do Planalto de St<sup>a</sup> Clara, o Fórum. Como vivo em St<sup>a</sup> Clara fico muito satisfeito, finalmente temos alguém, para além do Presidente da Junta, com as suas intervenções ao minuto, e a do vereador deve ter horas, resolve e está a resolver o papel interventivo e a ajudar o Presidente da Junta em algumas soluções que o entalavam.

Por outro lado, não queria deixar de dizer, nesta Assembleia, e aqui também me dirijo ao Senhor Coronel Álvaro Seco, enquanto Presidente da Protecção Civil, e já chamei a atenção da remoção da via pública das pessoas que aparecem na via pública e que são removidas com meios que não são os mais correctos.

Quero dizer, que já em Novembro enviei ao Sr. Presidente da ARS, uma exposição, perdeu-se porque também não obtive resposta até hoje.

Há um grupo de empresas desta cidade que ainda não tiveram resposta para o atentado da saúde pública que está a ser feito na cidade de Coimbra.

Dantes eram os Bombeiros Sapadores que faziam esse trabalho a PSP, agora chuta a bola para a Polícia Municipal que não tem meios, só tem reboques, e bloqueadores, e nesta matéria foi esquecida.

Quero fazer um apelo ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. vereador que tem essa responsabilidade, de saúde pública que ajudasse na solução deste problema.

Este problema já foi levantado na altura pelo deputado Carlos Cidade, de um caso que ele próprio presenciou, e que trouxe a esta Assembleia com preocupação, tal qual como as águas das piscinas.

Em relação a uma deliberação do município quero saudar, que tem a ver com as esplanadas, a intervenção do Sr. Vereador João Rebelo, de facto agora e finalmente vamos ter uma regulamentação que define as esplanadas na Baixa da Cidade de Coimbra, pena é, que nessa aprovação não ficasse tacitamente implícito que era obrigatório no período de Verão com um horário definido que as esplanadas para terem isenção de taxa, tinham que ter obrigatoriamente abertura no mínimo até às 22 horas. Era esta recomendação também, penso que é fácil, porque se isenta as pessoas de ocupação da via pública para dar animação à Baixa, mas depois em relação ao horário, às oito menos cinco estão a arrumar as esplanadas.

**Intervenção da deputada municipal Carla Violante (PS):**

“Queria responder à deputada Maria Reina, sobre a moção que trouxe aqui. A senhora deputada Maria Reina disse aqui, que se sentiu humilhada, com a medida de discriminação positiva sobre a qual falou e sobre a qual apresentou uma moção.

Disse também, que considerava que todas as mulheres, ou que era impossível que alguma mulher não se sentisse humilhada por esta medida.

Ora venho aqui dizer, que eu quanto mulher, não me sinto humilhada por esta medida.

Sinto-me humilhada sim pela necessidade de medidas como estas;

Sinto-me humilhada sim, por viver num país em que estas medidas são necessárias, por viver num país em que as mulheres continuam que ter de trabalhar, mais duas horas por dia em média do que os homens.

Por viver num país em que as mulheres continuam a auferir salários menores para cargos iguais em relação aos homens.

Por viver num país em que as mulheres continuam a ocupar uma percentagem absoluta irrisória no que diz respeito a cargos de chefia, tanto no sector privado como na função pública.

Por viver num país em que as mulheres continuam a ocupar a maioria dos cargos, no que diz respeito a trabalho precário.

Por viver num país em que as mulheres continuam a ter que preencher questionários que são absolutamente atentatórios em relação à sua dignidade, para irem para alguns empregos que lhes são perguntados, se pensam ficar grávidas, quando pensam ficar grávidas, se vão casar se tem filhos, etc ect...

Por viver num país em que as mulheres são preteridas em relação aos homens, em empregos quando tem médias superiores no final do curso;

Por viver num país em que há situações absolutamente absurdas como aquela que foi divulgada pela SIC à bastante pouco tempo, em que as mulheres continuam a picar o ponto em fábricas tendo que ir ao gabinete do patrão tomar a pílula para não correrem o risco de engravidar.

Por viver num país em que a violência doméstica continua a ser a maior causa de morte entre os 19 e os 44 anos nas mulheres;

Por viver num país em que não vejo vontade política para resolver todos estes problemas.

Isto sim, faz-me sentir humilhada, não esta medida.

É evidente que é muito fácil dizer-se que se é contra as cotas, diria mesmo que é politicamente correcto que se é contra as cotas, soa bem, é evidente que à partida isto soa como uma medida que humilha. Eu enquanto mulher, e no que diz respeito a minha auto estima, gostaria que isto não fosse preciso e por

isso entendo que seja muito fácil, que seja facilmente defensável com este tipo de medidas.

No entanto, a igualdade de oportunidade por tudo aquilo que acabei de dizer, assim como a participação política das mulheres é uma questão política, sim, mas é sobretudo uma questão de cidadania, uma questão de direitos humanos por tudo aquilo que acabei de expôr e por muitas outras razões que não vale a pena estender-me. Por isso, devemos seguir o exemplo de países, como os países nórdicos, não podem ser bons só em algumas coisas, não podem ser exemplo de boa estrutura e de excelência democrática só em algumas coisas têm de ser exemplo nas outras também.

A Finlândia, avançou já com a lei da paridade à bastantes tempo, e com resultados óbvios, neste momento depois de retirados esses resultados prolongam-se no tempo. Por isso, é óbvio, que este tipo de medidas são necessários, porque nós esperamos 30 anos, temos de um lado a solução continuar à espera que as coisas se resolvem por si, o que é obviamente impossível porque estamos a falar de coisas que estão enraizadas, estamos a falar de papeis sociais que obviamente não são mais do que a dimensão comportamental a dimensão funcional dos estereótipos que estão enraizados na nossa sociedade e que não se vão dissipar de um dia para o outro.

Por isso o que é que temos de fazer?

Temos de ficar sentados mais 30 anos?

Temos que ter fé que as coisas se resolvam?

Temos que ter fé que haja oportunidade para as mulheres ocuparem determinados cargos! Ou temos de actuar?

Acho que temos que actuar, penso que é muito tarde para esperarmos mais 30 anos, para que as coisas se resolvam naturalmente.”

**Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):**

“A minha intervenção pretende ser curta, incisiva, inequívoca e definitiva a respeito daquilo que vou falar.

É uma intervenção motivada, pela intervenção do Sr. deputado municipal do Bloco de Esquerda, Serafim Duarte.

Alegou aqui, portanto que tem direito à critica frontal e directa, o que é uma evidência e como eu aprendi a evidência não se discute.

Agora a critica frontal e directa, tem de ser acompanhada de responsabilidade. Sr. deputado permita-lhe que lhe diga também com frontalidade e directamente que a sua intervenção perpassa um certo maniqueísmo uma divisão entre os quimicamente puros, que são os do Bloco de Esquerda e os impuros que são todos os outros.

Quero em nome do PS, e da bancada do Partido Socialista, dizer-lhe o seguinte:

Para nós, há um princípio que é sagrado em democracia num estado de direito democrático, digno desse nome, que é o princípio da legalidade.

E ao princípio da legalidade, devemos todos obediência em todos os casos, em todas as situações, em todas as circunstâncias.

Num estado de direito democrático há órgãos, instituições e há lugares próprios para o exercício da justiça. Todos os cidadãos, isto é, um direito fundamental consagrado na Constituição tem direito ao bom nome e à honra. E há um princípio que é também um princípio fundamental constitucionalmente consagrado que é o princípio da presunção da inocência.

Não pode ser numa democracia madura um slogan vazio, uma frase de estilo, uma frase se alega apenas por razões oportunistas e de circunstâncias.

É certo, que devemos numa sociedade mediatizada, em que há a tentação de fazer julgamentos públicos, julgamentos sumários, como se diz sem apelo nem agrave. Mas há cidadãos cujo o nome invocou, que aqui não estão presente e que não se podem defender, quem tem, repito, direito ao bom nome à reputação e à presunção da inocência. E é este exercício pedagógico que nos cabe fazer, se alguns órgãos de comunicação social, que às vezes não o fazem, a nós como responsáveis políticos representantes da população cabe-nos este exercício pedagógico. Um exercício pedagógico deve ser interiorizado sobretudo desde o princípio de direito ao bom nome, à reputação e à presunção e inocência que nos cabe defender com convicção interiorizado como um princípio estrutural do estado direito democrático digno desse nome.”

**Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):**

"A minha intervenção é motivada pela moção que foi apresentada pela bancada "Por Coimbra", nomeadamente pela deputada Maria Reina acerca da suposta defesa da dignidade das mulheres. Quero sublinhar sobretudo que os termos em que é redigida esta moção são atentatórios a essa dignidade das mulheres e eu senti-me ofendida, enquanto mulher por esses termos e passo a explicar porquê. Por maior divergência que haja hoje em relação às cotas, a realidade desta democracia de 32 anos, é que a participação das mulheres na política fica muito aquém do desejável, e basta olhar para esta Assembleia e o número de mulheres aqui presentes. A questão que esta moção coloca e que é o argumento barato frequentemente esgrimido contra uma política de cotas é a questão da competência das mulheres, ela é a verdadeira falácia. Pergunto à bancada da direita aqui presente, se os homens e mulheres dos respectivos partidos se submeterem a algum teste de competência, e se neste caso todos os homens e mulheres do PSD, PP e PPM, só existem três mulheres competentes para exercer o cargo de deputado municipal ou para se apresentarem em lugar elegível, porque aqui só têm três.

Pergunto se isto é abonatório e se é isto respeitar a dignidade das mulheres e ter uma participação em termos de igualdade nesta Assembleia.

É no nosso ponto de vista, errado ignorar a forma como as políticas influem nas dinâmicas sociais nas alterações das mentalidades. No que diz respeito à participação activa das mulheres na vida política, concordamos plenamente que é necessário um sério investimento nas políticas sociais de apoio à família e à maternidade. Mas também é necessário e indispensável uma acção política e legislativa mesmo que transitória, e a lei da paridade tem o objectivo de ser transitória, no sentido de alterar a situação que vivemos em termos de participação das mulheres na política.

Não queiram imputar nos restantes partidos, a incapacidade do PSD, do PP e do PPM de ter nas suas fileiras as mulheres militantes, incapacidade que se deve certamente à ideologia machista e patriarcal que preside a esta moção."

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:**

O Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes chamou a atenção do Sr. Presidente da Câmara para a questão em que estão envolvidas algumas freguesias, relativamente aos limites territoriais.

Explicou o seu caso, Brasfemes, em que a Junta de Freguesia de Eiras colocou uma acção em Tribunal, reclamando outros limites.

Situação no mínimo estranha até porque enquanto as povoações não estavam infraestruturadas nunca reclamaram, agora que estão criadas condições já se vale a pena tentar a sua posse.

Não podemos esquecer que as pessoas mais idosas sabem bem quais são os limites da freguesia.

### **Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):**

...quando alguém demonstrar que a Co-incineração vai ser prejudicial para as populações ou está a ser, nós somos os primeiros e estaremos na primeira fila no combate a este método de eliminação dos resíduos.

Nessa perspectiva, entendemos que devem ser feitos estudos aprofundados sobre esta matéria, não aceitamos estudos que dizem que Souselas tem mais depressões porque tem lá uma cimenteira. Mas o que é isto? Estamos a brincar?

Uma depressão, porque tem o ar ligeiramente poluído! Então é um estudo que tem diminuição das doenças pulmonares crónicas, numa situação em que de certeza absoluta tinha que ter realmente um aumento substancial dessas doenças crónicas.

Num estudo que diz que há um aumento de cancro da tiróide, mas será que ao cancro só se deve a factores de ordem ambiental! Não há outros? toda agente sabe que sim, e portanto isto não são estudos, são amálgama de dados que tem de ser aprofundados, e a ciência hoje permite saber quais os factores que são determinantes em determinadas patologias. E portanto, estamos de acordo que devem ser feitas as comissões de estudos, se não chegam os nacionais que sejam internacionais, gasta-se tanto dinheiro noutras coisa, vamos seriamente encarar este problema, estudá-lo profundamente. Mas, para não sermos acusados de algum oportunismo ou de alguma incoerência vamos lembrar que em 30 de Dezembro de 2004, apresentámos aqui um proposta, que foi derrotada por um único voto, que diz o seguinte:

*Reivindique de qualquer governo, uma política de eliminação de resíduos, que passe pela Redução, Reutilização, Reciclagem e os CIVER's, antes de qualquer sistema de queima; Estamos de acordo.*

*Solicite de imediato respostas e exija responsabilidade da Administração Central e da Câmara de Coimbra, pela não concretização do estudo epidemiológico à população de Souselas, assim como pela falta de cumprimento do programa de requalificação urbana e ambiental de Souselas e freguesias limítrofes;*

*Determine à Câmara Municipal de Coimbra, que em nome da defesa da saúde das populações, qualquer sistema de queima de resíduos, seja ele qual fôr, tenha o necessário e devido acompanhamento técnico-científico pela Universidade de Coimbra, ou por qualquer entidade cientificamente credenciada.”;*

Não eramos governo na altura, e o grupo parlamentar do PS, apresentou aqui esta moção que defendemos ainda hoje, mas vamos mais longe... Entendemos que é necessário criar uma comissão de acompanhamento, fora daquela que vai ser feita, para que com todas as forças vivas do Cidade, com

representantes da Assembleia Municipal para que possamos a cada momento determinar quando é que são feitas as análises aos produtos ambientais.

Pode acontecer que a cimenteira faça quando melhor lhe a prover esses estudos, nós entendemos que deve ser uma comissão de acompanhamento completamente independente com todas as pessoas interessadas nesta matéria a terminar e a acompanhar todo o processo.

E mais, estamos de acordo que se exija que este processo seja estendido não só as cimenteiras de Leiria e Coimbra, mas a todas as cimenteiras do país para que os resíduos sejam queimados de igual forma. Nós entendemos que este é um processo sério e temos que encarar seriamente, nós não vamos em posições meramente impulsivas, vamos, sempre fomos, pelo estudo e pelo o enquadramento sério deste problema. Estamos dispostos a acompanhar todos aqueles que se disponibilizem a fazer com que a co-incineração se for adaptada que seja com toda a segurança para as populações de Coimbra.”

### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Arzila**

A minha intervenção é pelo facto de, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho estar a fazer obras de beneficiação na ex-estrada nacional 341, dentro do seu concelho, mais propriamente na Vila de Pereira.

Estas obras são bem vindas para os residentes e todos os que por lá transitam.

Estas obras terminam junto à ponte do Paço em Arzila.

Soubemos não oficialmente, mas de fonte fidedigna que a Câmara de Montemor estava a pensar na demolição desta ponte, estando ela na reserva natural do Paúl de Arzila, em Arzila e no concelho de Coimbra.

É certo que, no passado já algo distante houve quem não acautelasse a divisão administrativa entre os concelhos de Coimbra com Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova, na zona de Arzila, o que nos acarreta agora alguns problemas até mesmo dissabores.

Nós autarcas de Arzila, não queremos impedir o progresso e o bem estar das populações na margem esquerda, bem basta a luta que travamos junto com outras autarquias para conseguirmos luz verde da parte do Instituto de Conservação da Natureza para que fosse libertado um corredor para a futura continuação da via rápida entre Arzila e Montemor.

Pelo contrário, queremos melhor para os nossos cidadãos e queremos defender o sentir da população de Arzila e Pereira.

Daí, não podemos aceitar a demolição da ponte mas sim, a sua preservação.

Pode ser feita uma nova ponte com dois sentidos de trânsito, ou uma ponte só com um sentido, utilizando também a velha ponte, velha mas de boa saúde.

No caso de se optarem pela primeira solução a velha ponte pode ficar como ponte pedonal, dando oportunidade a que as pessoas possam parar em cima dela e contemplar a paisagem. Deste assunto demos conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara Dr. Carlos da Encarnação a 9 de Março passado, tive com o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia uma reunião na passada quarta feira com o Sr. Vereador João Rebelo, com o Sr. Eng<sup>o</sup> Constantino aos quais agradecemos, e aonde manifestamos o nosso parecer e o sentir sobre este assunto.

O parecer da Direcção da Reserva Natural do Paúl de Arzila e do IPPAR, são também no sentido da preservação da Ponte do Paço. Gostaríamos e queremos Sr. Presidente da Câmara que V. Ex<sup>a</sup> e o seu Executivo defenda esta solução,

dado nos parecer a mais equilibrado. Pois penso que é bom fazermos futuro, mas não esquecendo o passado.”

**Intervenção de Presidente da Câmara:**

“Vou tentar responder a algumas perguntas usando o menor tempo possível, para não vos incomodar, e se o Sr. Presidente da Assembleia me permitir imediatamente a seguir, numa sessão non stop apresentarei imediatamente alguns quadros fundamentais para se entender depois o que vamos discutir a seguir o Relatório de Contas, também para poupar tempo para a Assembleia, e para oferecer um esclarecimento mais pronto em relação ao Relatório Contas da Câmara e SMTUC que vamos apreciar.

Em primeiro lugar, a questão da Penitenciária é uma questão muito simples e que eu não gostaria que fosse complicada.

Desde a Ministra Celeste Cardona que nós temos com o Ministério da Justiça um memorando de atendimento em relação à possível troca de terrenos entre a Assembleia de Compartes do Botão e do Ministério da Justiça, (Repito o terreno é do Ministério da Justiça não é da Câmara Municipal de Coimbra.)

A valorização eventual dos terrenos não é para a Câmara Municipal de Coimbra, é para o Ministério da Justiça.

E desde esse memorando de atendimento que estão claras várias coisas.

Em primeiro lugar que toda a solução tem de passar por um Plano de Pormenor elaborado pela Câmara Municipal de acordo com as regras que ela própria imporá.

Em segundo lugar, que nesse Plano de Pormenor, evidentemente serão salvaguardadas três coisas:

1-A utilização do Edifício Central da Penitenciária para fins Culturais;

2-A criação de um corredor verde;

3-A valorização de terrenos possível, para ajudar o Ministério da Justiça a construir a nova Penitenciária.

A questão é muito simples, o Sr Ministro da Justiça e o Governo compreenderam como qualquer Governo compreenderá isto. Das duas uma, ou faz a obra pública com impostos ou faz a obra pública com resultado da alienação de terrenos, que são dele!

Portanto, qualquer pessoa pode escolher, evidentemente que os Governos naturalmente nesta altura de escassez escolherão esta.

A não ser que os Governos queiram continuar, parece que não é boa política, aumentar os impostos.

A segunda questão, Parque Verde do Mondego, começou hoje, a ser executado a solução da responsabilidade da Empresa Construtora na reposição da área que foi comida pelo rio.

Houve incumprimento por parte da empresa dos prazos, houve, ao mesmo tempo falta de notificação, por parte do INAG da empresa e do responsável pela obra Polis, das condições das descargas da barragem da Agueira, e por essa conjugação de factores, aquilo aconteceu. Evidentemente que a questão principal e a questão anterior é a questão da falta de comprimento do prazo da extração da barreira que foi formada ao longo do rio sobre a ponte. O que nos interessa é que tudo seja reposto com a maior brevidade, foi exactamente isso que a Câmara fez notar à Sociedade Coimbra Polis e foi isso que a Sociedade Coimbra Polis fez notar ao empreiteiro.

A terceira questão, é uma questão que soa menos mas também muito importante, é a questão do Urso.

Devo-lhe dizer Sr. Deputado que noutra dia me aconteceu uma coisa idêntica com uma pessoa que estava num restaurante onde fui, e que me veio dizer que o filho estava muito chocado com o desaparecimento do urso. Como sabe há várias técnicas de publicidade que se utilizam a chamada publicidade negativa ou publicidade com confronto com uma imagem negra. Acho que o urso está a ter, desse ponto de vista um efeito positivo, isto é, ninguém compreende aquela destruição, e as crianças muito menos. O mero facto de lá estar o urso naquela posição é verdadeiramente importante para que as pessoas percebam e comecem desde logo a perceber a estupidez da destruição e da violência. Evidentemente que não quero que aquilo lá esteja muito tempo. Já notificamos as entidades que administram que gerem o Parque Polis, que tem de rapidamente repor a situação anterior, o que significa portanto adquirir um urso novo e colocá-lo no sítio onde está.

Em terceiro lugar a questão do saneamento, quero dizer aos Senhores Presidentes de Junta o seguinte:

O Quadro Comunitário de Apoio ao Interior não tinha já margem de manobra para fazermos investimentos em saneamento. Foi uma das razões pelas quais nós investimos substancialmente em saneamento a coberto da relação com as “Águas do Mondego” e com renovação do figurino institucional das Águas de Coimbra e a sua capacidade operacional.

Somos avisados que no próximo Quadro Comunitário de Apoio, cuja a vigência para este efeito de candidaturas começará já no mês de Agosto.

Podemos fazer candidaturas, a obras que nesta altura temos já programadas, acho que é de boa gestão que as obras que estão programadas se insiram nestas candidaturas e portanto tenham algum compasso de espera para nós aproveitarmos verbas do Quadro Comunitário de Apoio, mesmo que isso atrase um pouco a nossa execução.

O Sr. Presidente de Junta concordará comigo se estivesse no meu lugar fazia exactamente o mesmo não tenho culpa que nos 25 anos anteriores aquilo não ter sido feito e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia também não!

Quarto lugar, questão do Conselho Municipal da Educação, queria dizer à Sra. Deputada o seguinte:

O Conselho Municipal da Educação merece a minha atenção total. Não concordo consigo dizendo que o Conselho Municipal de Educação não tem legitimidade. Tem legitimidade! E por isso reuniu, e a única coisa que fiz quando reuni pedir a todos representantes das instituições que lá estavam representadas que em próxima reunião, convocar rapidamente, fizessem menção de explicar se eram eles ou outros os novos representantes do Conselho. Pior de que andarmos aqui em cerimónias em relação à instituição do Conselho, é não ter Conselho. E portanto, eu prefiro seguir esta metodologia e foi bom convocá-lo. Foi bom convocá-lo que eu deu conhecer ao Conselho aquilo que naturalmente, ainda não dei a conhecer a Câmara porque quero ouvir primeiro o Conselho Municipal da Educação sobre isso e depois a Câmara e a Assembleia, naturalmente é esta a cadeia natural. Em relação à questão da educação em geral, da educação do 1º ensino básico, que nos diz respeito a nós, em relação à carta educativa.

Quero dizer que é um debate que vale apenas ter!

Gostaria de lhe dar tudo aquilo quanto tenho, para que tenha no meu ponto de vista, e do seu, igualdade na aproximação à questão.

No mandato anterior, nós decidimos elaborar a Carta Educativa. Contratamos dois Professores Universitário, bons especialistas para fazer a carta educativa; Sujeitamos a Carta Educativa apreciação do Conselho Municipal da Educação e entretanto, quando o novo Governo tomou posse, tivemos uma supresa significativa em relação às condições da evolução do 1º Ciclo do ensino Básico, e em relação à sua ligação do 2º Ciclo do Ensino Básico. É a tal alteração do fundo que à pouco mencionou, que quanto a nós, se cifrava só no seguinte:

De acordo com os critérios anteriores nós não teríamos porventura necessidade de criar mais salas no Concelho de Coimbra no prazo de 10 anos; De acordo com as prespectivas que nesta altura se colocam eu creio que precisamos mais dez salas o Concelho de Coimbra para realizar todo o novo programa de educação. Porquê?

Porque como sabe nós tínhamos lançado, por nossa própria iniciativa, a iniciativa da expressão física ou motora da formação, a custas da Câmara Municipal de Coimbra;

Lançamos agora e foi um esforço muito grande de toda a comunidade educativa e também do nosso departamento da educação, o inglês para todas as escolas;

Lançámo-lo, colaborando bem, e explicando que se nós não tivéssemos uma iniciativa decisiva nesse aspecto o que acontecia é que as escolas mais frequentadas por alunos não teriam inglês, porque funcionavam em regime de desdobramento e não tinham a hipótese de abarcar mais o inglês no plano curricular.

Anúncia o Ministério da Educação que no próximo ano haverá a formação artística.

Tive a oportunidade de estar com a Sra. Ministra da Educação, que teve a amabilidade de me receber e tive a possibilidade de lhe dizer o seguinte:

Sra. Ministra da Educação o que eu quero, como autarca é que a Sra. me garante que há estabilidade do ponto de vista da configuração do sistema de ensino, em que a Câmara é interveniente em relação às instalações, pelo menos em relação a pessoal administrativo em segundo lugar, para eu saber o que é que posso contar. Porque aquilo que me estão a dizer, significa o seguinte. Não é só a questão de se fechar escolas, e de transferir alunos, essa é a questão menor no meu ponto de vista. Porquê, porque há verdadeiramente escolas com dois alunos que não tem sentido que funcionem.

A questão maior é saber, como é que nós vamos fazer àquelas escolas em relação as quais o funcionamento em regime único, é praticamente impossível, ou só é possível com alteração radical das estruturas das escolas. A ideia é boa, portanto de não haver regime de desdobramento, haver regime único digamos assim, um período de manhã, à tarde, na escola, portanto alargando o período de horário de frequência dos alunos. Mas isso vai brigar com as actividades dos ATLS, como sabe há várias iniciativas dos ATLS que tem instituições privadas, de Solidariedade Social e Associações de Pais a geri-las e que poderam provocar com o seu encerramento um desemprego social importante nessa área. Porque não haverá quem queira fazer duas horas de ATLS, em relação às escolas que tem um percurso um horário único.

Em segundo lugar, isso exige que as escolas todas tenham refeitórios e como sabe, há várias escolas do plano dum cinquentenário que nem sequer tem espaço para construir refeitórios.

E portanto o que eu disse, foi isto a Senhora Ministra da Educação compreendeu, e compreendeu também, que seria necessário mobilizar verbas dos fundos comunitários do próximo Quadro Comunitário de Apoio para fazermos as escolas que nós não temos nesta altura. Portanto, há aqui uma verdadeira revolução do ponto de vista das construções e das prespectivas, das condições em que o ensino decorre que convinha que fosse discutida com estabilidade. Do ponto de vista das escolas a encerrar, o que aconteceu foi o seguinte. Nós tomamos a iniciativa de encerrar a escola de Celas, por motivos bons, e óbvios, portanto era um romance, era um folhetim acabou, está tudo integrado, devidamente integrado sem problemas felizmente para todos, pais educadores e crianças. Oposemo-nos ao fecho da escola do Casal do Lobo, e essa escola, tanto o que eu sei até agora não será encerrada, há sete outras escolas que o Ministério da Educação nos comunicou a intenção de encerrar. Dei conhecimento disso ao Conselho Municipal de Educação, não tenho ainda a certeza de que todas serão para encerrar. Mas, verdadeiramente em relação a elas, consultei as juntas de freguesias, não tenho oposição das juntas de freguesia em relação a estes encerramentos, porque eles são óbvios e respeitam um número muito limitado de alunos que terão melhores condições lectivas, noutros estabelecimentos próximos.

Em contrapartida, não quero que nenhuma escola seja degradada, mesmo as escolas que não tenham frequência de alunos vão ser aproveitadas para outros fins sociais. E portanto, aqui não se desperdiça nem instalações nem dinheiro! Temos de verificar bem o que é que está a acontecer e o que é que poderá no futuro suceder a elas, e o plano tem de ser feito já com esta consideração.

Em relação ao resto não tenho mais noticias, nem más nem mais, isto é as ideias de migração de estabelecimento para estabelecimento tal, não tenho nenhuma notícia sobre isso. Mas fiz saber à Sra. Ministra da Educação, na reunião que tive com ela que era conveniente compreender que a questão da migração de estabelecimentos era uma coisa que interessava ao planeamento das cidades. Porque, poderia a ver do ponto de vista da educação interesse em migrar alunos de um estabelecimento para o outro sem ver caso por caso, mas poderia a ver interesse da cidade que isso não acontecesse. Simplesmente para não sub-carregar alguns com algumas áreas urbanas, ou para tentar fazer com que, a contenção se fizesse nas áreas periféricas nas áreas urbanas em relação a conjuntos de alunos que de outra maneira perturbariam o funcionamento da cidade.

E portanto penso que foi uma nota de prudência que foi importante e que talvez tenha contribuído para a reflexão em relação a este problema.

Em relação a esta questão é o que tenho para lhe comunicar, não tenho mais. Dentro em breve faremos outra reunião do Conselho Municipal de Educação, e então farei as propostas à Câmara e depois à Assembleia Municipal terá conhecimento daquilo que vier a ser decidido em termos de Câmara Municipal.

Queria ter uma palavra para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Souselas, em relação à Co-incineração, queria só dizer-lhe uma coisa que ele já o sabe.

A Co-incineração não é de facto uma questão de Souselas, é uma questão do País, é uma solução errada, é uma solução perigosa, é uma solução inadequada, é uma teimosia sem nome e verdadeiramente o que acontece é estarmos nós a tentar construir durante uma série de anos, uma solução que fosse uma solução correcta, adequada de acordo com as Universidades, de acordo com vários estudos que foram feitos e que aceitava fundamentalmente nos CIVER, e nós chegarmos à conclusão agora, depois do Sr. Ministro do Ambiente dizer que a Co-incineração era tão boa que até se poderia fazer ao lado da Assembleia da República, o lado mais perto da Assembleia da República, que é Alhandra não é escolhido mas é escolhido Coimbra.

O que significa que estando os CIVERs instalados na Chamusca, os resíduos tóxicos andam a passear de Sul para o Norte e do Norte para o Sul até se encontrarem em Coimbra. Pensem bem, o que é que isto significa. É a teoria do absurdo, levada ao mais alto extremo. É verdadeiramente querer resultado sem perceber o que é que se está a fazer no País.

Estou à vontade porque como sabem eu assumi responsabilidades comigo, com o governo nos quais eu possa influenciar a decisão este método não será seguido.

Não sei se percebem bem isto, mas foi isto que aconteceu aqui em Coimbra, nos últimos anos. Se as pessoas de Coimbra querem a Co-incineração, se concordam com o que o Governo está a fazer, façam o favor de dizer ao governo, oferecendo-lhe a cidade para o lixo, não tenham receio, das consequências que daí resultam, eu fiz aquilo que deveria ter feito, eu faço aquilo que devo fazer.

Mesmo o Dr. Reis Marques à pouco falou, na questão, vi a deliberação que apresentou, foi interessante de 2004, o estudo que fala, foi feito agora não se pode exigir que o estudo seja feito e depois chegar a concluir que o estudo não é bom. Porque o estudo foi feito, não respeita a Co-incineração, respeita aquilo que aconteceu à população de Souselas até que ia ter, por isso as pessoas deveriam ter uma preocupação especial, em relação ao tratamento deste problema. Mas não o tem! E de facto sendo em consciência muita, não posso de deixar de estar ao lado do João Pardal, não posso dizer que, do ponto de vista da cidade que me elegeu eu tenha de dizer que estamos todos metidos no mesmo barco, e estamos metidos de facto num problema sério, que não pode ser resolvido assim.

Queria dizer ao Sr. Presidente da Junta do Botão que a Câmara Municipal absorve todas as competências que queiram, agora tem um limite. As competências da saúde pretendessem de facto à ARS. Nós protocolamos às vezes co a ARS a construção de Centros de Saúde, mas isto tudo tem um limite. O facto de o Estado querer passar para as Câmaras as competências e mais competências sem dinheiro, tem de ter um limite. Não pode acontecer, porque senão andam uns a gastar e outros a poupar. Há qualquer coisa que não está bem. Sendo certo que duvido muito que o Estado poupe. Mas o que lhe quero dizer é que eu, já falei com o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde em relação a esta matéria, e já lhe expliquei que o Centro de Saúde do Botão, não está em condições aceitáveis para um país civilizado, para funcionar.

Palavra também para o Hospital Pediátrico, para dizer que tenho tratado este assunto com pinças, não propriamente qualquer questão de averiguar ou não de responsabilidades, acho que as responsabilidades devem ser averiguadas.

Agora a questão fundamental é esta o que eu não quero é que se construa à volta do Hospital Pediátrico, que a ideia é falsa, de que o Hospital Pediátrico, não é construído por qualquer outra razão que não seja escassez de dinheiro e novo planeamento das obras. O que acontece nesta altura é só isto, o Hospital Pediátrico ainda bem, que começou a ser construído se não tivesse começado a ser construído, duvido que hoje tivesse no estado em que está. Não estou nada arrependido que aquilo tenha acontecido, pelo contrário ainda bem que aconteceu. Tinha um problema de técnica de fundações, tinha, foi aquilo que foi levantado era insolúvel não, era perfeitamente solúvel foi demonstrado agora, e sendo certo que era solúvel, não era solúvel na água era solúvel no ponto de vista da solução sendo certo que era solúvel de facto a obra não parou nos vários dos pontos em que estava a ser feita e retomou-se agora naquilo que sem qualquer problema deve ser feito. O que é que o Governo deve fazer. De facto é o que diz, a senhora representante do grupo que esteve reunida com o acompanhamento deve dizer com clareza à Assembleia Municipal de Coimbra e à Câmara Municipal de Coimbra; o planeamento é de X, vai estar pronto no ano tal, vai ser investido por ano X, e ficamos todos contentes. Porque no fundo o que todos nós queremos é que o Hospital Pediátrico seja feito, não tenho culpa lá está o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Torres do Mondego, o que é que não foi feito para trás, mas de facto o Sr. também não tem, em relação ao Hospital Pediátrico é a mesma coisa, agora não há dúvida nenhuma que nós todos o queremos que esteja pronto em 2009. O resto não me interessa. Não me interessa qualquer tipo de guerra não tenho interesse nenhum nisso. Quero é actuar pela positiva, em relação a isso.

E quero explicar uma coisa que também convém explicar. Quando nós fazemos uma infra-estrutura que colocamos à disposição das pessoas em relação à qual há um responsável pela sua utilização, não podemos andar a torpedear essa instituição, ou essa instalação. Quando nós temos um Parque de Campismo, que tem caravanas e tendas, temos que fazer com que as caravanas e tendas vão para o Parque de Campismo, por muito que alguns amigos tenham caravanas e que digam que ficavam também ali no Choupalinho, não pode ser. Porque isso é concorrência desleal. Todas as caravanas que estejam no Choupalinho evidentemente que estão proibidas de lá estar. O destino natural é o Parque de Campismo, e isso vai ser claro, a partir do momento em que nós tivermos placas indicativas, as proibições, a capacidade da Polícia Municipal intervir nessa zona, porque não é correcto fazer de outra maneira. E portanto, caravanas no Choupalinho não! Caravanas no Parque de Campismo sim!

A segunda questão a questão da piscinas, sabem que à pouco tempo aliás o Sr. vereador Luís Providência providenciou-me uma série de elementos sobre a frequência das piscinas, fiquei contente. Desde que as piscinas abriram, mais de 150 mil pessoas frequentaram as três piscinas, sendo certo que à volta de 90 mil, são do Complexo Olímpico, e 60 mil são dos outros dois complexo de piscinas, vejam bem o que é que isto significou, de desconcentração da intervenção das pessoas e de potenciação da formação de escolas de natação nesta outra áreas não abrangidas anteriormente por instalações deste tipo.

Há uma coisa que quero garantir as piscinas só funcionam em condições ideais de funcionamento. As piscinas têm a verificação feita pelo laboratório das “Águas de Coimbra” que é validado pela ARS, assim que há qualquer

indicação de problemas com a água as piscinas encerram. Portanto podem estar absolutamente à vontade o próprio Instituto Desporto tem as análises todas que foram recebidas por parte dos serviços da Câmara Municipal que lhe foram enviadas, naqueles dados que foram e naqueles dados que estão disponíveis um dado que seja negativo, estão perfeitamente em condições na altura em que não estiverem, se não estiverem, as piscinas encerram e as pessoas são defendidas da sua utilização.

Gostaria só de dizer ao Sr. Presidente da Junta de Arzila, que tomei boa nota daquilo que me disse em relação à demolição da Ponte e à questão que se coloca com a freguesia de Montemor-o-Velho, sei que já está a ser acompanhada pela vereação própria e competente.

O Presidente da Assembleia relativamente à aprovação das actas disse que, as actas de Novembro e Dezembro já distribuídas e ainda não aprovadas como vem sendo habitual se os Srs. Deputados tiverem mais alguma correcção a fazer, devem apresentar, para se proceder à respectiva aprovação.”

Seguidamente o Presidente da mesa colocou à discussão a moção sobre a “Penitenciária”

Em primeiro lugar falou o Presidente da Assembleia para dizer que embora não tivesse consultado o seu grupo, achava que essa discussão seria mais benéfica quando houvessem estudos e plantas sobre o local.

O deputado Pinto Ângelo sobre o assunto disse que a sua intensão era, desde já, fixar formas de discussão da utilização dos terrenos, coisa que o preocupa bastante face às notícias e às intervenções públicas.

Acha vantajoso que a Cidade comece a antecipar consensos sobre o que pode ser feito, para influenciar futuras decisões.

A deputada Margarida Viegas disse que a experiência de factos anteriores é a politica do facto consumado. Portanto, acha que efectivamente há que precaver contra essas situações. Quando os cidadãos de Coimbra derem conta, já têm uma aprovação de um projecto em plena zona nobre da Cidade.

O deputado Moisés Geraldês disse que era prematuro analisar ou indicar uma data sem ter qualquer coisa que permita ver e reflectir.

O deputado Vassalo de Abreu em relação a esta questão disse que o PS está vinculado ao programa eleitoral que apresentaram nas últimas eleições autárquicas. O que defendem para a Penitenciária à um corredor verde, que irá da Av. Sá da Bandeira abrangendo o Jardim da Sereia passando pelas hortas da Penitenciária ligando ao Jardim Botânico e Parque Verde.

Que a zona central da Penitenciária seja afectada para fins culturais.

Quanto ao mais, compreende as circunstâncias presentes do País, que tenha que haver uma afectação em termos a definir pela Câmara Municipal consoante disse o Presidente para viabilizar a feitura de uma nova Penitenciária.

Independentemente de todas as discussões, pensa que a solução não andarà longe disto e qualquer outra solução será irrealista.

O deputado José Miguel ainda sobre o assunto, disse que, uma vez que o PS já discutiu, no seu seio, o destino a dar à Penitenciária, o que achava positivo, também gostaria e também achava positivo que a CDU apresentasse as suas propostas e até o Conselho da Cidade também tem propostas.

A discussão que se pretende não vincula a Assembleia Municipal nem a Câmara, nem o Ministério da Justiça, deseja que a Cidade participe nesta discussão.

Seguidamente o presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada anteriormente à Mesa pelo deputado José Miguel, visando um debate público promovido pela Assembleia Municipal de Coimbra no dia 8 de Julho.

Esta proposta foi aprovada com 16 votos a favor, 12 votos contra, 23 abstenções.

**Declaração de voto do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):**

“De facto penso que a data impositiva de 8 de Julho sem se ver qual é o fundamento para se apontar para essa data é delimitativa da oportunidade de um debate que seja profícuo é só por essa razão que nos abstemos. Agora haja todas as discussões em quaisquer fóruns sobre o assunto.”

Seguidamente foi posta à votação a moção apresentada pelo Grupo Municipal “Por Coimbra”-“Em defesa da Dignidade das Mulheres“:

Aprovada com 32 votos a favor, 13 votos contra e 6 abstenções.

**Declaração de voto do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):**

Registo com supressa, que a bancada da CDU, tenha votado não levando em linha de conta o considerando dessa proposta. Que leiam com a tenção os considerandos dessa proposta e se consideram de facto humilhante para as mulheres esta proposta, e não considerem humilhante outras considerações e não tenham levado em linha de conta a intervenção que considero para mim comovente, bem elaborada e bem fundamentada da deputada Carla Violante. Registo para o futuro e para memória digamos, que a CDU tenha alinhado na votação favorável desta proposta sem levar os considerando da mesma, que considero com todo o devido respeito, que essas sim, alguns considerandos são humilhantes, para qualquer entendimento que se tenha, por mais divergências que se tenha, sobre um entendimento correcto, sobre o que deve ser movimento mancipador das mulheres.

Levando em linha de conta, repito esta minha posição só é feita levando em linha de conta os considerando e a intervenção que foi feita pela Sra deputada Carla Violante.

**Declaração de voto da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):**

“Faço a declaração de voto repetindo, aquilo que disse quando fiz a intervenção à cerca desta moção.

Votei a favor desta moção, apesar de achar que há alguma hipocresia, da força política que a apresenta, considerando que é uma grande humilhação para a mulher o facto das cotas, e menosprezando todas as outras muito mais importantes nomeadamente sobre a interrupção voluntária da gravidez, quando fiz a intervenção.

Eu pessoalmente como mulher sinto-me muito pouco humilhada de participar numa lista por uma razão de cotas, comparativamente ao que me sinto humilhada por ver mulheres nos Tribunais e a ter que abortar em vãos de escadas. Portanto, obviamente, não há comparação possível, disse-o na minha intervenção e repito na minha declaração de voto. No entanto, sou contra as cotas, porque acho que não é por esse meio, por meios administrativos que se chega a paridade.”

O deputado Vassalo de Abreu retorquiu:

“Registo que, aquando a votação, a CDU não fez qualquer objecção a que votava essa proposta com os considerandos que ela tinha. Considero legítimo porque eu próprio posso ter dúvidas em relação ao método das cotas. O que ponho em causa, repito, são os considerandos da proposta que foi em bloco, posta à votação.

Também o deputado Pinto Ângelo, disse que:

“Gosto muito de aceitar os reptos e as críticas oriundas de outras bancadas, acho que isto é francamente de salutar e todos nós temos muito que aprender uns com os outros.

Mas gostaria, fazendo referência à intervenção da deputada Carla Violante, que também considero tocante e de facto de grande interesse que essa seja considerada pelo conjunto da bancada Socialista nesta Assembleia Municipal, em coerência com o choque, com a emoção que ela representa tome iniciativas legislativas no sentido de obviar a todos os males que sofrem as mulheres deste País, e pelas quais nem o PSD, nem o PP quando tiveram a maioria na Assembleia da República e nem agora o PS, enquanto maioria absoluta na Assembleia da República, tem a coragem de o fazer. Haja coragem então, para enfrentarmos lobies partidários, a coragem que tem de aqui atacarem os outros partidos políticos, temos a coerência convicção do que fazemos, sabemos que não precisamos de obrigações de cotas para respeitarmos aqui por competência os melhores que fazem parte da nossa bancada.”

Seguidamente passou-se à discussão da moção apresentada pela CDU, e lida anteriormente pela deputada Margarida Fonseca

O deputado municipal Luís Santarino disse:

...tem de alguma forma, em termos legislativos apoiado e decidido em Portugal medidas importantes.

Quero chamar a atenção que as escolas, os estabelecimentos de ensino são em primeiro lugar para os alunos, é para defender os alunos e as suas famílias, e só há escolas porque há crianças.

Aquilo que ao longo do tempo se tem visto e se tem passado, é que se tem andado a apoiar e a reivindicar por alguns grupos, que não têm necessariamente a ver com alunos nem com as suas famílias.

Aquilo que tem sido feito, ao longo do tempo, que tem sido o agrupamento de escolas, que alguns dizem que estão errados, e eu penso que estão certos, e como presidente de associação de agrupamento de escolas da associação de pais do agrupamento de escolas da Pedrulha, tenho a dizer que concordo que o Conselho Executivo deste Agrupamento tem estado em reuniões sistematicamente com a DREC, por causa da englobação do parque escolar,

que os conselhos executivos tm tido um papel importante nesta reformulação, que o governo do PS, aqui contestado nesta moção fez aprovar há pouco tempo contra algumas confederações os livros, por exemplo de duração de seis anos, que têm aumentado e que aumentou o serviço da acção social escolar, que tem feito além disso um papel importante para as famílias, no complemento de horário e dos vários horários até as 17h30m, e como tal nós propusemos à bancada da CDU, as mudanças estratégicas desta moção.

E por isso, as alterações que nós propusemos à bancada da CDU não foram aceites, seria fastidioso para as outras bancadas estar apelar ponto por ponto daquilo que é feito. Naturalmente, continuamos com a mesma lógica que quando não concordamos interrompemos, quando não concordamos temos outro tipo de intervenção, não estou habituado a este tipo de intervenção porque apesar de ser a primeira vez que estou nesta Assembleia Municipal, até agora estive sempre em silêncio a ouvir toda a gente, acho que é de muito mau gosto, de pouca educação quando alguém está a falar as pessoas interromperem e estarem a falar ao mesmo tempo. Tenho estado em silencio a ouvir o que não gosto mas estou em silêncio. Aliás, o Dr. Carlos da Encarnação disse na sua intervenção, que tem conversado com a Senhora Ministra da Educação que tem garantido que tem havido e que há princípios orientadores, e que a Ministra da Educação naturalmente não será alheia nem fará tábua rasa das propostas que sejam feitas pela Câmara Municipal de Coimbra e nomeadamente pelo Sr. Presidente da Câmara.

Portanto aquilo que estou a dizer e que reafirmo, é que esta moção está toda ela, é de uma falta de rigor enorme, e por isso o grupo municipal do PS votará contra esta moção porque não tem nenhum tipo de rigor.”

A deputada Margarida Fonseca disse:

"As propostas de alteração que me foram dadas em relação que não estava aqui mencionada as famílias, fiz questão de dizer que, quando nos referimos aqui à comunidade educativa, e lamento que como representante de uma associação de pais, não saiba que a comunidade educativa é um conjunto de pais de representantes de associação de pais, de alunos, de professores, de pessoal docente, a família está na comunidade educativa.

Obviamente e pretendo que fique aqui uma coisa esclarecida, tomando em linha de conta aquilo que o Sr. Presidente da Câmara fez o favor de responder às questões colocadas pela CDU, mas penso que para o interesse de toda a Assembleia, e quando falou nas reuniões que teve com a Ministra, e uma coisa que disse, que quando referiu que realmente esta movimentação de alunos e esta transferência de alunos pode não interessar à própria cidade.

É neste sentido, que esta moção está estruturada e na plena defesa essencialmente das crianças e até das famílias, porque se um problema de um encerramento de escolas obriga as famílias a movimentarem-se se calhar até dentro da própria cidade. Só o facto de se deslocarem de um, local para o outro da área de residência pode trazer problemas a nível familiar.

Aquilo que esta moção pretende é legitimar os direitos de quem tem o direito a nível local e concelhio de tomar também posições, decisões e de ser auscultado, como Conselho Municipal de Educação, Vereador da Educação, a Comunidade Educativa, fundamental a comunidade educativa que engloba os pais, as famílias as Associações de Pais e tudo isso.”

O deputado Vassalo de Abreu disse novamente:

“Esta moção nos seus considerandos, não sei se o Sr Presidente da Câmara se revê. Quando aqui se diz: *num claro desrespeito pelos responsáveis locais pela questão da Educação, onde incluem o Sr Presidente da Câmara*. Exorta o Sr. Presidente da Câmara, enquanto responsável pelo Pelouro da Educação e Presidente do Conselho Municipal de Educação, e antes se de facto em função da própria informação que o Sr. Presidente da Câmara deu de que estar articular com a Sra Ministra da Educação compromissos que considera aceitáveis para o Concelho, se é legítimo dizer aqui nos considerandos desta moção falar-se de *crescente desorientação na definição da política educativa do concelho por parte do Ministério da Educação e da entidades locais que o representam DREC, com claro desrespeito pelos responsáveis locais pela questão da Educação*.”

Se retirarem isto, dos considerandos da proposta, nós votamos esta proposta, agora não se pode como à pouco aconteceu votar uma proposta sem levar em linha de conta os considerandos.”

Posto o assunto à votação foi a mesma aprovada com 30 votos a favor e 12 votos contra.

**Declaração de voto da deputada municipal Maria Reina "Por Coimbra":**

"Votei a favor desta moção, tive dúvidas quando ela foi apresentada mas depois pelos esclarecimentos feitos pela bancada do PS, não me restou nenhuma dúvida em ter que votar a favor, e passo a citar rapidamente o porquê fazendo parte disto da minha declaração de voto.

Na realidade tentou passar-nos aqui a imagem de que temos um Ministério da Educação coerente, um Ministério de Educação que tem alguma política educativa, quando nós sabemos infelizmente e nem sequer lhe vou enumerar nestes poucos seis meses que tem de Governo, os desastre que tem acontecido a nível da educação. A bancada do PS tentou limpar a imagem do Ministério da Educação de que nada mais faz que pensar, legislar em cascata, descoordenação total de tudo aquilo que faz passando as suas responsabilidades como Governo e como Ministério para as Autarquias.

Foi depois da sua defesa, por todo o respeito que tenho também e por todos os considerandos que foram feitos que, obviamente, tive de votar a favor.

O deputado Vassalo Abreu pediu a palavra para dizer apenas um comentário: "Sr. Presidente registei o seu sentido de voto "contra".

Por último foi colocada à votação a moção apresentada pelo Grupo Municipal "Por Coimbra" sobre "Rejeição da Co-incineração"

Esta moção foi aprovada 39 votos a favor e 11 abstenções.

**Período da Ordem do Dia**

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da lei, a informação escrita do Presidente da Câmara, bem como situação financeira do Município, previamente distribuída por todos membros da Assembleia, dada a sua extensão fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

**Ponto 2 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2005:****a) Câmara Municipal de Coimbra;****b) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;****Intervenção do Presidente da Câmara:**

"Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia, gostaria de fazer só um conjunto de referências para entender melhor o quadro em que nós estamos, o quadro em que nos movemos, porque evidentemente falar sobre os números estes números que estão no Relatório e Contas, não vale muito a pena, porque eles estão claríssimos é um exercício de absoluta transparência qualquer um dos senhores deputados já tiveram a oportunidade de os ler e meditar sobre eles. O que gostaria era dar de facto é uma nota de enquadramento do ponto de vista local e do ponto de vista nacional em relação aquilo que estamos a fazer e porque é que estamos a fazer e o que é que vai condicionar na nossa actividade futura os resultados deste balanço e contas.

Em primeiro lugar, o que queria dar conhecimento a todos é por comparação de quadriênios, em relação ao quadriênio 98/2001, os resultados da taxa de execução por mandato do quadriênio de 2002 a 2005. Saltamos de 70,21% para 74,6%.

Depois gostaria que apreciassem também, as taxas de execução do último quadriênio para verificar que elas oscilam entre 76 e 71%, mas que são muito significativas em todos os anos de intervenção do executivo.

Em segundo lugar, gostaria que comparassem também um dado que é muito importante do meu ponto de vista, que é a despesa paga por mandato pela Câmara Municipal de 1998 a 2001, a despesa paga foi de 51.898,00 €, na despesa paga de 2002 a 2005 foi 86.400,00 €. Vejam portanto, o diferencial profundo que aqui existe e que corresponde à actividade do executivo de que me orgulho muito.

Depois queria também dizer, dados estruturais em relação à Câmara Municipal que são fundamentais para entender o que foi feito e qual é a situação que nesta altura existe, que é a dos fundos próprios que praticamente duplicaram, aliás mais do que duplicaram, passaram em 2002, de 93 milhões para 174 milhões, mas não estão aqui incluídos todos os acervos recebidos pelas contrapartidas do Eurostadium o que significaria mais 37 milhões de euros. Todavia não os levando-os a fundos próprios mas levando-os a uma outra rubrica para que este resultado de 2005 não fosse empolado e depois tivéssemos problemas nos anos subsequentes de encontrar contrapartida para as amortizações feitas pela valorização de bens. De qualquer maneira este dado é muito significativo.

Muito significativo também é o imobilizado bruto de 2002 para 2005.

Em 2002 era cerca de 125 milhões de euros, em 2005 era de 328 milhões de euros, o que significa quase o triplo daquilo que está dado como indicador de 2002.

Queria falar-vos sobre o percurso das receitas principalmente das receitas mais significativas são as receitas que provêm dos impostos.

Gostaria de vos dizer fugazmente, que a estrutura da tributação sofreu um decréscimo significativo do último ano 2004 para 2005, os impostos directos por exemplo tiveram uma redução de 16%, o imposto autárquico mais o IMI desceu 9%, o IMT mais a Sisa desceu 20% e a derrama desceu 27%.

Mas nos números que são apresentados no Relatório Conta a receita subiu, porque recebemos a transferência que depois tem de ir ao nível da despesa ser

descontada das rendas da “Águas do Mondego” pelas “Águas de Coimbra”. Portanto, não é verdadeiramente uma receita, é uma receita que tem contrapartida na despesa não deve ser considerada como tal. E estou a analisar agora aqui apenas o comportamento dos impostos.

Ao nível dos impostos o imposto sobre imóveis teve uma oscilação relativamente pequena de 2002 para 2005. Mas verdadeiramente teve uma oscilação significativa de 2004 para 2005 em termos de expectativa porque o que acontece se bem se recordam a Assembleia votou uma proposta de redução da taxa de IMI, e eu na altura disse coisa que se verifica, que nós iríamos receber qualquer coisa como menos na expectativa 2.500 mil euros.

O que o Sr. Deputado está a apontar, é uma coisa que me vai dizer, e eu compreendo já tem dito várias vezes isso, é que apesar de tudo parece que houve um relativo equilíbrio, mesmo que do ponto de vista da taxa do IMI tenha sido reduzida que houve equilíbrio na contracção do imposto e que houve uma relativa subida na contracção do imposto.

Não é correcto! Nós teremos de verificar a combinação do IMI com a contribuição autarquica é isso que é correcto, nisso houve uma redução, e o problema que aqui se passa foi aquilo que alertei na altura a Câmara, que se não aplicássemos a mesma taxa naquele ano iríamos perder este valor de imposto.

O imposto municipal sobre veículos foi o único que subiu neste quadriênio, o imposto municipal sobre transmissão de imóveis subiu de 2005 em relação a 2004 mas, tem uma tendência descendente, e a derrama tem um comportamento que ali está explícito mas que decorre o seguinte:

Como sabem a derrama é aplicada sobre o IRC, o IRC, teve uma redução de 25% para 20%, nós tomámos uma deliberação nessa ocasião para tentar contrariar os efeitos da descida do IRC, de subir a derrama de 8% para 10%, fizemos durante 2 anos, fizemos durante os anos 2004/2005, em 2005 apesar da subida da derrama, o que acontece é que ela desceu em termos legislativos muito significativamente, justamente por causa do efeito do IRC, e portanto o que nós temos aqui é uma descida de 5.9 para 4.3 milhões de euros.

Os impostos abolidos que estavam em termos de recebimento também desceram significativamente de 7 milhões para 2.7 milhões, e portanto o que aconteceu em termos de receita corrente perdemos 4 milhões de euros.

A receita de capital foi diminuída em 6 milhões de euros, portanto nós tivemos um recessão em termos de receita na ordem de 10 milhões de euros, coisa substancialmente significativa. Esta diminuição de receita de capital deriva praticamente do fim do Quadro Comunitário de Apoio, e portanto todas aquelas as participações FEDER, normalmente nós estávamos acostumados a ver engrossar a nossa receita de capital, evidente deixaram de existir com a saturação do quadro comunitário de apoio e o fim das obras participadas pelo FEDER.

Temos as restrições genéricas aplicadas ao País, temos as restrições aplicadas à nossa capacidade de recurso ao crédito e só podemos recorrer ao indvidamento anualmente no rateio que todas as câmaras municipais beneficiam em relação ao quantitativo que o Governo fixa de acordo com o Plano de Equilíbrio Financeiro.

### **Intervenção do deputado municipal José Miguel (CDU):**

“No que respeita ao Relatório de Gestão dos SMTUC, a CDU queria referir os seguintes aspectos:

relativamente ao número de passageiros transportados, manifestar a preocupação da CDU pelo mesmo ter descido (menos 231 mil passageiros transportados na Rede Geral), considerando que este facto deve-nos fazer reflectir sobre as razões para tal descida, não nos parecendo que as mesmas residam na questão de, em 2004, termos tido dois dias do Euro em Coimbra.

Julgamos que as políticas nacionais e municipais continuam a promover mais a utilização do automóvel e não do transporte público e consideramos que continuamos a não ter um transporte público atractivo para os cidadãos, nomeadamente na velocidade comercial que neste ano desceu.

Tal como está referido no relatório, a descida da velocidade comercial está relacionada, em parte, com a não criação de novos corredores Bus e com o aumento do tráfego automóvel... é o tal ciclo vicioso para a qual a Câmara deverá actuar no sentido de, em 2006, estes dados não se venham a agravar.

No que respeita ao aumento exponencial nas despesas com combustíveis, que inevitavelmente se reflectiu no Resultado Líquido apurado, dizer que se confirma, que a aposta que tem sido feita em transportes movidos a energias que não os combustíveis fósseis, como seja, troleicarros ou o caso dos bio-combustíveis, é de facto a mais correcta.

Por último, referir a questão da participação financeira do Estado no papel social dos SMTUC e a dualidade de critérios no pagamento de indemnizações compensatórias aos operadores de Lisboa e Porto, o que não acontece no resto do país.

Sobre esta matéria gostaríamos de saber o que é que o Sr. Presidente da Câmara tem feito para de facto contrariar esta discriminação, e ainda, se não considera que Coimbra deveria exigir do Governo, a aprovação de uma candidatura ao POAT - Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, para aquisição de viaturas para os SMTUC no âmbito da reestruturação do terceiro Quadro Comunitário que vais ocorrer até ao Verão. Lembro que esta reestruturação, anunciada pelo Governo a semana passada, se deve às baixas taxas de execução dos vários programas, nomeadamente do programa Operacional de Acessibilidades e Transportes e que poderá levar a que tenham de devolver a Bruxelas o dinheiro não utilizado.

Ou seja, não considera o Sr. Presidente da Câmara que, se existe dinheiro neste Quadro Comunitário e neste programa específico, se existem dificuldades financeiras nos SMTUC, as quais se devem em muito ao papel social que desempenha, não será esta uma oportunidade de repor alguma igualdade na distribuição dos recursos financeiros do país?

Não sei se por vezes pecamos, por não reclamar um pouco mais.”

#### **Intervenção do deputado municipal Brito Xavier (PS):**

"Em relação a esta análise, que não é uma análise técnica ou contabilista queria fazer duas notas prévias.

Em primeiro, foram-nos fornecidos dados agrupados por períodos autárquicos, o que está aqui em discussão neste momento é o Relatório de Contas de 2005, e portanto não está aqui em discussão comparativamente períodos autárquicos que passaram tiveram a sua lógica, mas provavelmente não são comparáveis, nalguma matéria era esta a primeira nota prévia. Não vou dizer isto por uma

manipulação de números mas de qualquer maneira é realmente disfarçar ou mascarar a realidade que estamos aqui a discutir.

Em segundo lugar, queria pedir ao Sr. Presidente da Assembleia se era possível proceder a duas votações separadas. Uma votação relativa ao relatório de contas e outra ao relatório dos SMTUC, porque temos em relação a eles opiniões diversas.

É evidente que o nosso partido, como partido responsável não quer de maneira nenhuma que as suas votações possam criar algum caos, porque estamos prometidos por uma actividade democrática ou construtiva. Por isso, o nosso voto não é nunca uma expressão meramente negativa, mas uma manifestação de uma atitude que é pensada e coerente, aliás a prática a dimensão e a ideologia das nossas actuações na vida política são demonstradoras do nosso intuito sempre que possível viabilizar o funcionamento dentro dos limites legais das instituições.

Aliás, a quando da votação do Plano e Orçamento para 2006, ficou demonstrado tudo o que acabamos de dizer, e dessa forma abstivemo-nos no sentido de dar benefício da dúvida ao executivo.

Refiro-me a 2005, não me refiro à comparação de períodos autárquicos, porque não é isso que está aqui em causa, com preocupação crescente da estratégia camarária não se inverteu em relação ao ano anterior, e o pior do que isso, não revela tendência nesse sentido. Como se pode ver, reporto-me a 2005, e não a comparação de períodos autárquicos, das despesas com pessoal que absorvem em nosso ver ou continuam a absorver apesar de tudo de verbas excessivas impedindo o seu efeito repercutório de progresso de outras áreas de intervenção da idealidade.

Sabemos que a nossa posição não irá alterar o resultado da votação que irá seguir-se, não obstante, não se trata de um acto meramente quantitativo, mas a afirmação de uma postura política autárquica que condiciona e configura o nosso comportamento como oposição responsável e fiscalizadora. Por essa razão e para além da afirmação clara do nosso voto, fazemos um apelo ao executivo, para que corrija esta política que envereda por caminhos que consigam conduzir a redução de despesas supérfluas, segundo os princípios financeiramente salutares de contenção e de equilíbrio orçamental.

O presente relatório de contas confirma plenamente várias das preocupações expressas pelo Partido Socialista na última campanha eleitoral autárquica. Por exemplo a dívida a curto prazo manifestação da razão que nos assistia. Por essa razão peço para separarem as votações porque a nossa posição em relação ao relatório contas e ao relatório dos SMTUC não é exatamente coincidente, meramente oposta."

**Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

"A leitura do Relatório de Gestão 2005, que revela que tínhamos razão na apreciação negativa que a seu tempo fizemos. Confirmou-se a tendência para uma gestão errática sem ouvir o condutor coerente que corresponde a uma visão global da cidade e do que ela se pretende para o seu futuro. Manter-se em termos gerais, com saudável exceção do Departamento de Habitação a prática herdada de executivos anteriores, assente de uma gestão de gabinete longe da participação dos cidadãos contando muito pouco com a opinião destes para a definição de políticas sectoriais. A falta de audácia e de realização que se verifica na maioria dos departamentos já não é justificável,

foi justificável pelas heranças do passado e muito menos com a diminuição das receitas.

Relativamente às primeiras, a tal herança, já está gasto o argumento e as soluções encontradas com o EuroStadium e a transferência da gestão do estádio para uma empresa comercial aprovadas pelo bloco central, foram na presunção da resolução dos problemas. Já agora, valia apenas sermos informados todos nós se estão a ser pagas as contrapartidas quanto a receber pela edibilidade da cedência do Estádio e quanto e em termos líquidos qual o ganho ou encargo da autarquia com o Estádio Cidade de Coimbra, e que fossemos acompanhando o resultado das decisões tomadas, a seu tempo, os custos efectivos que os municípios de Coimbra estão a suportar, ou não, ou os ganhos efectivos.

Por outro lado, e se é mesmo verdade e a sê-lo, em quanto monta na realidade fala-se em um milhão e oitocentos mil euros, o prejuízo relativo de Coimbra relativamente à bonificação de juros, no que respeita à construção do Estádio. Pela relação com outras entidades que participaram na benesse do Euro, vale a pena termos em consideração porque isto também são actos de gestão, actos de gestão com reflexos para os municípios de Coimbra, que depois obrigam à procura de soluções, nomeadamente ir ao nosso ao bolso, por via de elevar a tributação.

Quanto à diminuição das receitas não se pode argumentar com a baixa receita do IMI. O Sr. Presidente fez aqui uma exposição cuidada, é certo, mas passou por cima as afirmações que fez em relação à CDU quando nós propusemos uma baixa de imposto, nomeadamente as acusações de irresponsabilidade, contra isso os números demonstram que a irresponsabilidade foi ter-se aumentado aquela forma de IMI de 2004. Foi perfeitamente desnecessário, desmesurado e um acto de incorreta gestão e de avaliação daquilo que iria ser dado. Os números provam que a cobrança do IMI não influenciou a quebra de receitas dos impostos sobre o património imobiliário.

Pelo contrário, se compararmos 2003 e 2005, ano em que a proposta da CDU a taxa baixou o IMI e somado com a Contribuição Autarquica aumentou em um milhão cento e oitenta mil euros e subiu de 13,95 para 15,22 na importância total da receita municipal. Quer isto dizer, que se erro houve não foi baixar o IMI foi tê-lo aumentado da forma desmesurada foi feito anteriormente. Aí foi o erro de gestão efectivamente esta discussão deveria ter sido feita e essa responsabilidade tem de ser assumida por quem decidiu dessa forma.

Está demonstrado portanto, que sobrecarregar os cidadãos de Coimbra com impostos mais elevados é a mera admissão de incapacidade de obrigar o governo a pagar o que deve ao município, e é nesta área que se verifica uma das características mais negativas da maioria PSD/PP, que governa a cidade, a incapacidade junto do governo fazer valer os interesses da cidade.

Já falamos aqui no orçamento dos SMTUC, o deputado José Miguel já teve a oportunidade de abordar com profundidade que se passa nesta área.

O orçamento dos SMTUC acolhe um contributo no mínimo vergonhoso por parte da Administração Central. Estamos de acordo Sr. Presidente sem dúvida nenhuma penso mesmo que tal situação gere a unanimidade desta Câmara, o grande problema não é das unanimidade é o que fazemos com estas unanimidades o que fazemos com a força que temos. Somos ou não somos capazes de ultrapassar as barreiras políticas ou partidárias, responder às exigências dos cidadãos que nos elegeram, sermos capazes de neste caso

concreto exigir para os cidadãos de Coimbra aquilo que o governo despense em relação aos cidadãos doutras cidades.

Não se trata mais do que fazer para Coimbra aquilo que se passa em relação aos outros, daí o reptil nesta altura meus amigos podem não gostar mas é à bancada do PS que exerçam a sua influência.

É de todo o incompreensível, uma vez que a função intermunicipal dos Serviços Municipalizados e Transportes de Coimbra, não deve ser apenas suportado pela autarquia de Coimbra. Sr. Presidente vimos aqui as suas declarações, mais uma vez repetidas em relação à tomada de posse de indignação e de franca preocupação em relação ao tratamento referenciado que Coimbra merece por parte do governo, resta saber se está ou não disponível a ir mais longe do que um mero debate de indignação e periodicamente revelar publicamente a sua insatisfação.

Por outro lado, qual o posicionamento assumido pela Câmara Municipal na negociação de terrenos para a construção de obras da Administração Central. Continua o Sr. Presidente com uma posição atenta, venerando e obrigado no que respeita à comparticipação de obras do Poder Central? Como acontece com o Conservatório, com o Palácio da Justiça, ou com a mega transferência da Penitenciária, será que Coimbra ainda vai pagar qualquer coisa ao poder central para que exerça a sua obrigação?

Por outro lado, e ainda no plano de rentabilização das receitas, é disto que estamos a falar, mantém-se largamente insatisfatório a transferência de verbas para as juntas de freguesia, cerca de 55% de aumento entre 2001 e 2005. A maioria PSD/PP ficou assim, longe do cumprimento da promessa de duplicação de verba assumidas no início do mandato, e não venham dizer que não subiram por via da descida do IMI. Está provado que não houve descida efectiva, houve uma opção política, deliberada de não descentralização para as freguesias, isto é um erro de gestão grave! E é um erro de gestão grave, na medida em que está aprovado que as freguesias gerem melhor, fazem mais obra e com condições mais difíceis. Só uma lógica autocrática de centralização tem inibido aproveitar a potencialidade de cerca de duzentos eleitos com grande abnegação tem dado o melhor de si, e daquilo que sabem, na construção de muita obra que se faz nesta cidade.

É um erro Sr. Presidente! É um erro que os municípios de Coimbra estão a pagar caro!

Pensamos que esta não é uma pequena divergência, o novo modelo de gestão camarária assente na descentralização responsabilizadora para as freguesias e organizações de moradores, tal como já se pratica no Departamento de Habitação, rentabiliza e aproveita melhor os dinheiros públicos, já não há justificações para não se optar por este caminho.

Por outro lado e por último, considerando as taxas de execução relativas ao ano de 2005, foi confirmada a inexistência de uma avaliação da execução efectiva do programado, critério que em última análise premearia a eficácia e a capacidade de realização em detrimento da inação. E aí sim, porque razões se destacam comparativamente várias áreas de governação, temos não só que avaliar globalmente mas avaliar caso a caso, as orientações políticas e a concretização das orientações políticas determinadas. Porque aí é que se verifica os falhanços e os avanços em relação à concretização daquilo que é definido.

A não definição de um ordenador de prioridades justifica que rubricas como execução bastante inferior a 50%, relativamente a montantes de compromissos assumidos, se mantenham incolmes na análise e não sejam discutidas as razões por tal acontece. Como exemplo podem destacar-se programas de reabilitação urbana dos centros históricos, taxas de execução 31,21%, desenvolvimento económico apoia a actividade empresarial execução de 55%, ou dinamização e promoção do turismo execução de 41,76%, organização e modernização administrativa 42,40%, estamos aqui a falar dizemos números concretos, de actividades sendo de tal forma importantes e de tal forma propagandeadas como prioridades na execução do executivo, que tem taxas de execução baixíssimas e que não se verifica aqui qualquer justificação consistente.

Ou seja, manter-se e assim se demonstra uma gestão errática, sem um fio condutor e corresponde a uma visão global da cidade e o que se pretende para o seu futuro. Neste quadro de apreciação a CDU condicionará o seu voto às respostas de três questões essenciais. O compromisso relativamente a acções concretas, quanto à responsabilização e exigência do Governo, pelo subfinanciamento da autarquia de Coimbra, seja pela não transferência de verbas compensatórias pelo serviço de transportes, pelo adequado investimento o que às obras centrais diz respeito ou ainda posições firmes quanto ao acesso ao crédito fortemente penalizador do pequenos e médios fornecedores da Câmara Municipal de Coimbra.

Efectivamente as restrições de acesso ao crédito por parte das Câmaras obrigam a que estas se financiem à custa dos pequenos e médios fornecedores da Câmara, com as repercussões económicas brutais que isto tem, nomeadamente ao nível das falências e da quebra de emprego dos nossos municípios, também é uma forma de penalizar o nosso concelho e de penalizar naturalmente os municípios.

Por outro lado, o compromisso de alterar a relação com as juntas de freguesia aumentando significativamente as transferencias de verbas e pagando-as a tempo, aumentando assim a rentabilidade dos dinheiros disponíveis.

Por último, alterar as metodologias de avaliação da gestão passando a ser feita uma avaliação num desempenho premiando a capacidade de execução em detrimento do laxismo.

Sermos capazes na próxima proposta de plano e orçamento, seja feita uma avaliação concreta de todas as áreas de intervenção de forma de que sejamos todos capazes e em consciência saber quem faz e quem é responsável por não se fazer. É um principio de gestão fundamental que, qualquer um de nós estará disponível para aceitar e avaliar a num curto prazo.

Aguardamos portanto Sr. Presidente a respostas a estas três questões."

### **Intervenção da deputada municipal Carlos Cidade (PS):**

"Eu iria dividir a minha intervenção em duas partes:

Uma relacionado com o relatório contas e com assuntos que tem a ver com o relatório de gestão da Câmara Municipal de Coimbra.

A primeira tem a ver com um pedido feito em Julho de 2005, em nome da bancada do PS, relativa a apresentação das contas pela Associação das Festas da Cidade e da Rainha Santa.

Considerando que o deputado, à época João Silva fez um requerimento em nome da bancada do PS não obteve resposta e nós próprios bancada do PS até

ao momento não obtivemos respostas. Neste sentido, novamente solicita a bancada do PS e relembrar a necessidade de resposta aos seguintes elementos:

-Relação dos membros para as Festas da Cidade Rainha Santa, com indicação das funções dos membros da Câmara exercem na referida Associação;

-Relatórios e Contas da Associação para as Festas da Cidade Rainha Santa Isabel relativamente aos anos 2003 e 2004;

Estes elementos que estou a citar, tal e qual a proposta que foi feita na altura deverão existir obrigatoriamente na Câmara por força das normas de atribuição de subsídios.

-A indicação da entidade responsável pelo festival nacional de pirotécnia que teve lugar em 3,4,7,8 e 9 de Julho de 2005, bem como a respectiva publicidade;

Foi um requerimento que foi entregue à Câmara em 12 de Julho de 2005, estamos praticamente a fazer um ano, e não se obteve qualquer resposta a este pedido.

Dado que estamos a discutir o relatório conta de 2005 é oportuno colocar esta questão.

Também em relação a um aspecto que foi abordado pela RAM até porque hoje não tivemos cá o Sr. vereador Marcelo Nuno concerteza que nos daria dados mais objectivos, lá teve as suas razões para cá não estar. O Sr. Presidente tentou fazer o mesmo exercício, só se esqueceu como lhe disse o meu camarada Brito Xavier, de que estávamos a analisar as contas de 2005. E fez uma abordagem muito pela rama não nomeadamente às questões de ordem de aumento de pessoal, de despesas com pessoal não fez as devidas referências concretizar melhor aquilo que tem sido nos últimos tempos a gestão da Câmara, nessa área.

Isto a propósito de notícias vidas a público num jornal da nossa cidade em que é referido que o Sr. Presidente da Câmara e o ex-vereador Manuel Rebanda alegam que das infracções importadas nomeadamente a um ex. autarca que exerceu em nome do PS a sua função de vereador que este teria celebrado um contrato com uma suposta familiar dele, acusação que foi feita pelo Sr. Presidente e pelo ex- vereador dos Recursos Humanos, isto em consequência das várias inspecções que o Tribunal de Contas tem vindo a fazer.

É bom clarificar desde já, em nome da verdade que se está perante uma mentira, e não se trata de uma mera questão política é esta a abordagem. Trata-se de uma acusação concreta que está escrita, portanto repito aqui trata-se de uma mentira clara, creio que é importante que quando se fala, é bom que se tenha alguns cuidados quando se querem dizer determinadas coisas porque neste caso de uma mentira se trata e creio que não serei desmentido em relação a isso. Estou a falar em concreto do ex-vereador e ex-deputado da bancada do PS, Dr. João Silva.

O outro assunto é o seguinte:

“Ao contrário das Prestações de Conta da Câmara Municipal as dos SMTUC, reconhecemos o quanto é difícil é a prestação do serviço público essencial, sem recursos ao longo de sucessivos anos.

Por isso, também sabemos reconhecer quando existe um esforço, que nesse serviço é feito para servir as populações, procurando ir aos mais recônditos locais da área do nosso Município, em que muitas vezes só o profissionalismo dos colaboradores dos SMTUC permite que se faça em segurança, com custos

financeiros de real dimensão, procurando na imaginação colmatar essas dificuldades.

Como já anteriormente

Sabemos ainda, a luta insistente que o Município de Coimbra travou ao longo destes anos para que o custo social dos transportes públicos na nossa cidade, tivesse a mesma compensação que os transportes públicos tem da administração central para a Carris ou para os STCP. Aliás, diga-se em abandono da verdade, que parece que nestes últimos quatro anos, desistiram dessa luta. O que é estranho.

Neste Plano, Coimbra tem sido mal tratada pela Administração Central assim com outras cidades que tem transportes públicos totalmente suportados pelo orçamento municipal.

A bancada do PS, manifesta mais uma vez a posição de sempre, Coimbra tem que ser e deve ser compensada, pela administração central, pelos custos sociais dos transportes públicos, da forma que o faz para Lisboa e para o Porto.

Atendendo no entanto, que por via do aumento do petróleo, os combustíveis se reflectem e os SMTUC também se recentem, vamos optar pela abstenção nesta Prestação de Contas dos SMTUC de 2005 por tudo se basear em aumentos de tarifário.”

Por isso a nossa postura vai ser de nos abstermos em relação ao relatório dos SMTUC, mas com esta perspectiva de que nos estamos disponíveis para contribuir para que a Administração Central ponha no seu roteiro das indemnizações compensatórias com os transportes públicos, também os dos SMTUC, nós estamos disponíveis para isso.

### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE)**

“As contas que a Câmara hoje nos apresenta são um triste reflexo das políticas que têm vindo a ser seguidas no governo do município, e às quais sempre nos opusemos. O resultado operacional negativo de quase 9 milhões de euros e uma dívida que se aproxima dos 65 milhões de euros são a consequência inevitável de opções de investimento erradas e megalómanas do mau uso dos dinheiros públicos, do desperdício, e da má gestão, traduzida em ineficácia do funcionamento dos serviços camarários. Face à inexistência de melhorias visíveis na qualidade de vida na Cidade, nos anos correspondentes ao primeiro e ao segundo mandato da maioria PSD/PP/PPM e aos anteriores executivos municipais socialistas, os cidadãos e as cidadãs de Coimbra têm toda a legitimidade para se interrogar sobre o destino do seu dinheiro, bem como sobre o presente e futuro do Município, profundamente afectados de comprometimento pelo montante da dívida camarária, bem como, no imediato, pela falta de pagamentos a fornecedores, empreiteiros, associações e outras entidades, cujas repercussões na dinâmica económica, no progresso e na afirmação da cidade, e na vida dos munícipes, a todos os níveis, inclusive o da subsistência, se faz já sentir de forma acentuada.

Procuram os responsáveis por este descalabro financeiro desculpar-se com a “impossibilidade de recorrer ao endividamento”, como afirmou à imprensa o vereador responsável pelo pelouro financeiro, hoje lamentavelmente ausente desta reunião. Seria mais digno assumir as responsabilidades pelos desperdícios decorrentes dos custos de pessoal, nomeadamente através de novas contratações e avenças, que poderiam ser

obviados através de um estudo rigoroso relativo à eficiência dos serviços, no sentido da respectiva racionalização. Seria mais honesto assumir como irresponsáveis e inúteis determinadas opções de investimento, que mais não foram – e continuam a ser – do que obras de regime, de cunho populista, que não respondem aos problemas da cidade, antes criam novos problemas, nomeadamente pela via do endividamento e da estagnação a que este inevitavelmente conduz e conduzirá o município durante algumas décadas. Coimbra não precisava do grandioso Estádio Cidade de Coimbra, cujas contrapartidas, afinal, custaram muito mais do que a Câmara quer admitir. Muito menos precisava do Estádio de Taveiro, que hoje pouca serventia tem e onde foram enterrados cerca de 1 milhão de contos. Coimbra não precisa de rotundas cobertas de granito e plantas exóticas, através das quais o executivo do Dr. Carlos Encarnação gastou, e continua a gastar, em vão, largas centenas de milhar de euros, quase 700 000 só em 2005. Coimbra não precisa de deitar pela janela 50 000 euros para os vencedores do concurso da Cobertura da Baixa, por mero capricho megalómano do vice-presidente da Câmara, Horácio Pina Prata que, assim, quer levar a cabo uma obra absurda, incapaz de resolver os reais problemas da Baixa, mas que, a concretizar-se, certamente provocará mais um verdadeiro “rombo” no erário camarário, sobretudo se for adornado por câmaras de video-vigilância, mais um documento do despesismo leviano e irresponsável. Tudo isto acompanhado do aumento de impostos e de taxas, aprovado pela maioria PSD/PP/PPM nesta assembleia, e que representa um sacrifício suplementar dos cidadãos, com pouco ou nenhum proveito para os mesmos.

Continua a não haver, da parte da Câmara, sinais da inflexão de política que é urgentemente necessária. O aprofundamento do endividamento poderá resolver problemas pontuais, mas não constitui mais do que uma imensa bola de neve, na qual os problemas se prolongam e aumentam *ad infinitum*. Impõe-se, de imediato, a contenção de despesas, a racionalização na gestão dos recursos, o corte rigoroso dos desperdícios e, sobretudo, a renúncia, por parte do executivo, às fachadísticas obras de regime e às medidas populistas que, ao invés de servirem a cidade, condenam o seu presente e o seu futuro.

#### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):**

A posição da bancada da maioria é no sentido de votar favoravelmente o Relatório de Contas apresentado pela Câmara Municipal pelas seguintes razões:

De acordo com a proposta que os senhores deputados municipais tem em vossa posse, o que está aqui em causa é a aprovação dos documentos e da prestação de conta relativamente a 2005.

Aplicação do resultado líquido do exercício que se cifra em três milhões e quatrocentos e setenta e sete mil seiscentos e setenta e sete euros, valor negativo. E a aplicação de um saldo disponibilidade orçamentais apurados no exercício de 2005 no valor de dois milhões seiscentos e dezanove mil setecentos e oitenta e seis euros.

Evidentemente que não vamos estar aqui discutir, porque isto já foi discutido, a estratégica está subjacente ao orçamento que foi aprovado e inicialmente e às grandes opções do plano que também foram aprovadas e que foi no âmbito dessa aprovação que neste momento estamos aqui a verificar a legalidade das contas apresentadas.

A nossa perspectiva evidentemente, não é uma perspectiva de repetição, daquilo que já foi aqui expandido, e muito bem pelo Sr. Presidente da Câmara.

A nossa perspectiva é uma perspectiva que se coloca num lugar de um observador fora do executivo camarário e evidentemente que vamos indicar aqui as razões que nos levam a votar favoravelmente esta proposta.

O orçamento inicial para 2005, isto de acordo com a nossa análise, previa receitas no valor de cento e sessenta e oito milhões oitocentos e quarenta e quatro mil euros, contribuindo para este montante receitas correntes, no valor de oitenta milhões zero noventa e quatro mil euros e receitas de capital no valor de oitenta e oito milhões setecentos e quarenta e nove mil euros; ou seja, receitas correntes que contribuam portanto para o valor inicial estimado na ordem dos 47%, e 53% para receitas de capital.

Houve todavia uma quebra orçamental que os Sr. também poderão analisar de acordo com o vosso relatório, o relatório que tem em vosso poder, na ordem dos 52,54%, ou seja houve um desvio relativamente ou inicialmente previsto em matéria de receitas na ordem dos oitenta e oito milhões setecentos e treze mil euros.

O que significa que as receitas que neste momento estão aqui a ser analisadas por esta Assembleia Municipal, correspondem a oitenta milhões cento e trinta mil euros ou seja, 47,46 do valor inicialmente estimado.

Tendo sido arrecadado de acordo também com o relatório apenas cinquenta e oito milhões setecentos e cinquenta e um mil euros em matéria de receitas correntes e vinte um milhões trezentos e setenta e nove mil euros em matéria de receitas de capital. Portanto, o que perfaz os tais referidos oitenta milhões cento e trinta mil euros .

Verificamos naturalmente com este desvio em matéria de receita desvios parcelares designadamente na cobrança dos impostos directos.

O Sr. Deputado Pinto Ângelo, e muito bem, fez referência aos mesmos e quando foi referida a questão do IMI e a fixação das respectivas taxas. De acordo com o relatório podemos verificar que em matéria de impostos directos, houve um desvio na ordem de 21,51%, ou seja oito milhões de euros. A derrama evidentemente relativamente à derrama também sabemos que corresponde, e é uma forma indicia o estado difícil em que o País atravessa em matéria de investimentos também porque houve uma redução de taxa em matéria de IRC, mas o que é certo a derrama também veio teve uma quebra na ordem dos 36,26%, o que permitiu apenas que fossem recadados dois milhões quatrocentos e quarenta e sete mil euros. Na venda de bens de investimento houve uma quebra de 89% e nas transferências de capital uma quebra de treze milhões oitocentos e setenta e cinco mil euros. Quanto as receitas correntes ainda que constituem a parte mais importante das receitas do município relativamente ao ano de 2004, houve uma descida de 36,35%, ou seja, que uma quebra de 2004 se verificou em matéria de IMI, em matéria de IMT do imposto municipal sobre veículos e sobre a derrama e também em relação ao montante recadado relativamente aos impostos abolidos Contribuição Autárquica e Sisa arrecadado.

Isto significa que relativamente a essa quebra que se verificou que representa que em 2004 tivemos trinta e quatro milhões, baixámos para vinte e nove milhões. Quanto as transferências de capital isto também reflecte de alguma maneira portanto a política do actual governo houve reduções, desde o fundo

geral municipal como de base municipal de vinte e cinco milhões para treze milhões euros. As receitas correntes aí tiveram um ligeiro acréscimo de onze milhões setecentos e oitenta e dois, para doze milhões. Esta situação de alguma forma indicia que houve uma desaceleração ao nível das receitas de 2002 para 2005.”

**O Presidente da Câmara usou da palavra para fazer um pequeno esclarecimento:**

"Ao Pinto Ângelo tenho de lhe dizer que os compromissos que me pede são os compromissos que tenho para com o próprio País.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que, nós temos feito em relação á diligência junto do governo quer em declaração pública em vários locais e por várias formas, quer em relação à ligação directa com os gabinetes do governo que dependem desta matéria tem sido profícua tem sido repetida.

A questão não é gerir mal o pessoal é criar muitas utilidades, e temos de cortar de facto naquilo em que vamos continuar a cortar, nós garantimos emprego, já o disse várias vezes aos funcionários da Câmara Municipal, não é aos funcionários de outras coisas que para aí andam que tem que fazer pela vida. E portanto, subsídios para serem mal gastos não o fazemos, subsídios para andar a fingir que fazem coisas, não o fazemos, agora em relação às nossas responsabilidades assumi-las, em relação às utilidades.

Por exemplo podemos não ter o Gabinete de Protecção às Crianças e Jovens em Risco; podíamos não ter os Julgados de Paz; podíamos não ter Centros de Composição de Interesses Conflitos; há tanta coisa que podíamos não ter, e há tanta coisa que passámos a ter; que eu pedia às pessoas que fizeram a alusão ou a desperdício das despesas com pessoal, que meditassem profundamente na injustiça que acabaram de cometer e principalmente quando comparassem um dado que é importantíssimo e que é este:

-Em 2001, havia oito pessoas a fazer estágios profissionais na Câmara Municipal de Coimbra. Os senhores certamente não perderam a noção que estamos numa altura muito difícil para o emprego, e principalmente para o primeiro emprego, tenho muito orgulho em que tenham passado pela Câmara Municipal de Coimbra nestes quatro anos, cento e cinquenta e três pessoas em estágios profissionais em POC's e em Inserção Profissional isto só vou deixar de fazer só se de todo não poder. E portanto, estas são as explicações que vos dou em fase de contar as pessoas, é fácil de vermos o que aqui temos, e é fácil vermos aquilo que fazemos.

Senhor Deputado Britos Xavier, eu não quis iludir nenhum dado, quis dar uma noção exacta daquilo que foi o nosso trabalho no fim de um ciclo que evidentemente foi um ciclo de quatro anos e os dados estão todos publicados não escondo nenhum dado agora é muito mais sério fazer esta análise de quatro em quatro ano do que estarmos a fazer apenas a analisar um ano, porque ela é naturalmente o curso do que ela é, a programação feita a esta estratégica linear ao fim deste mandato.”

Encerrado o debate, o Presidente da Assembleia colocou à votação os documentos:

**a) Câmara Municipal de Coimbra:**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com quarenta e um votos a favor, seis contra e quinze abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril corrente, o seguinte:

-Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2005 da Câmara Municipal de Coimbra;

-Aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco, elaborado no âmbito do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-Aprovar os documentos de prestação de contas, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução n.º4/2001-2ª Secção-Instruções n.º1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em € 3.477.667,70 (três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e sete euros e setenta centimos) nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas do POCAL, concretamente:

-Transferência para a conta 59.004 – “Resultados Líquidos do Exercício de 2005”, do valor global do resultado líquido apurado no ano - 3.477.667,70;

-Aprovar a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2005 no montante de € 2.619.786,65 euros, em conformidade com o estabelecido na nota técnica 8.3.1.4 do POCAL e, em cumprimento das disposições conjugadas na alínea b) do n.º2 do art.º 53º e a alínea c) do n.º2 do art.º 64º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro alterado e republicado pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

#### **b)Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra:**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com cinquenta e sete votos a favor e cinco abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril corrente, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e cinco, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Os documentos dada a sua extensão fazem parte integrante da presente acta.

Seguidamente e atendendo à urgência na resolução dos assuntos foram postos à discussão os pontos extra:

#### **–Contratação do Empréstimo a Médio/Longo Prazo para Financiamento do Plano Plurianual de Investimento do Município para o ano de 2006:**

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por maioria com trinta e quatro votos a favor, doze contra e nove abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril corrente, aprovar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, no valor de 2.640.581,00€ (dois milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e oitenta e um euros) tendo como finalidade o financiamento do Plano Plurianual de Investimentos do Município de Coimbra para o ano de 2006.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

#### **–Alteração dos Estatutos da AC, “Águas de Coimbra, E.M.”: Presidente da Junta de Freguesia do Ameal**

“Exmº Srs:

Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, Sras e Srs deputados.

Vai fazer 3 anos que nesta mesma sala e por esta Assembleia, foram aprovados os estatutos da empresa Águas de Coimbra E.M..

Já nessa altura, a CDU propôs algumas alterações ao documento, embora ligeiras, entendíamos da maior relevância para defesa dos interesses dos cidadãos e da fiscalização das opções de gestão pelos órgãos democraticamente eleitos. Agora com esta proposta de alteração, ver-se-á acentuado o distanciamento face às populações.

Não podemos esquecer que foi à Câmara Municipal, enquanto órgão sufragado, que os eleitores conferiram legitimidade para sua representação e defesa do interesse colectivo. Ora se este órgão deixar de exercer uma acção reguladora também a este nível sobre aquela empresa, as populações ficarão privadas de um rosto visível a quem possam reclamar os seus interesses e anseios.

Isto configura, na prática, o silenciamento dos cidadãos face à actividade da empresa Águas de Coimbra, e constituirá um factor de descredibilização desta câmara aos olhos dos cidadãos.

Assim, relativamente à proposta de alteração de estatutos da Empresa municipal Águas de Coimbra que nos é apresentada, porque no entender da bancada da CDU que se está a falar de recursos do Município, terão sempre que ser responsabilizados pela sua gestão os eleitos directamente pelo povo, sob pena de este se sentir defraudado.

Por estas razões, não somos favoráveis a qualquer alteração de estatutos que retire o controlo democrático sobre decisões importantíssimas que, para além das obras em si, por vezes se reflectem em aumentos dos custos de serviços.

Estamos nomeadamente contra a proposta para o nº3 do artº 5º, pelo qual a CMC, deixará de ter que autorizar e/ou de passar alvará para qualquer obra a executar por esta Empresa Municipal.

Se por um lado poderíamos aceitar que em algumas obras se prescindisse dessa autorização, podendo estar em causa o baixo custo e envergadura das mesmas, já noutros casos quer pelo valor, quer pelo interesse para as populações e repercussões futuras em termos de tarifário e também pela responsabilização dos eleitos pelos diversos efeitos da obra perante o cidadão, não nos parece profícua esta proposta de alteração.

Em jeito de conclusão, atrevemo-nos a dizer que em vez desta proposta deviam ser apresentados e discutidos por esta assembleia os resultados do desempenho, nomeadamente no que respeita à agilização de gestão desta E.M., melhoria em nome da qual ela foi criada.

Não basta que os cidadãos sejam amedrontados pelas fugas de informação, não sustentadas, indiciando uma eventual necessidade de mais aumentos da água e das tarifas de saneamento é necessário que se saiba se o erário público está ou não a ser bem gerido e de acordo com a defesa dos interesses dos contribuintes e para isso exige-se transparência nos actos e decisões.

Terminamos pois, reafirmando que a questão essencial é retirar algumas decisões e responsabilidades aos órgãos democraticamente eleitos, e como eleitos, pelas razões expostas, vamos votar contra.”

### **Intervenção Catarina Martins (BE):**

"Como é sabido, o Bloco de Esquerda opõe-se a todo o tipo de políticas de empresarialização e privatização dos bens e serviços públicos, muito em particular quando elas dizem respeito a bens essenciais. Com efeito, a água é um recurso de pertença pública e social, com acrescido valor simbólico e não monetário, cujos planeamento, gestão e protecção devem ser de responsabilidade pública. É nossa convicção que a sujeição de bens e serviços públicos a uma lógica empresarial, focalizada nos dividendos, não só não aumenta a eficiência da respectiva gestão, como acarreta consequências graves para os consumidores e utentes. No caso da água, a experiência de privatização demonstrou que uma das consequências mais graves, para além do aumento descontrolado dos preços, é a redução da qualidade da água, devido à falta de investimento na manutenção e qualificação dos circuitos de distribuição. Num país como o nosso, torna-se cada vez mais urgente a responsabilização colectiva na gestão da qualidade da água e nos procedimentos que envolvem o respectivo acesso e tratamento, bem como, e acima de tudo, em estratégias de captação e utilização que incluam a garantia da renovabilidade deste recurso fundamental. Esta não pode fazer-se através do alargamento da oferta, mas sim da redução do consumo, a qual é incompatível com os objectivos economicistas da lógica empresarial.

Em coerência com estes princípios e ideias, exprimimos pública e repetidamente, em momento oportuno, a nossa discordância relativamente à criação da empresa municipal Águas de Coimbra, como alienação de um serviço que devia ser rigorosamente público. Pela mesma razão, não podemos concordar com a proposta de alteração dos respectivos estatutos. A concessão a uma empresa, mesmo que seja uma empresa municipal, de competências tão amplas e fundamentais como a gestão, manutenção e garantia da qualidade do recurso água, com implicações ambientais, sociais e económicas profundas, constitui, na nossa perspectiva, uma alienação de um vector importante do poder público confiado às autarquias, e um sério impeditivo da implementação de políticas públicas integradas, nas quais a gestão sustentável dos recursos hídricos constitua apenas uma parte de uma estratégia abrangente relativamente ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A alteração estatutária proposta parece-nos um passo demasiado grave no sentido da consumação da privatização total da água enquanto bem de consumo público essencial, que não deixará de acarretar as consequências referidas, inaceitáveis do ponto de vista dos cidadãos e das cidadãs de Coimbra.

Para além disso, suscita-nos sérias dúvidas a proposta de dispensar a empresa Águas de Coimbra dos alvarás camarários para a realização de obras. A despeito dos poderes genéricos de superintendência da Câmara Municipal de Coimbra, estatutariamente consagrados, e da ressalva da "obrigatória e antecipada comunicação à Câmara" dos trabalhos a realizar, esta proposta parece-nos, mais uma vez, a alienação de um poder de regulação do qual a autarquia, enquanto órgão política e democraticamente responsável, não pode prescindir. Apesar de se tratar de uma empresa municipal, com um objecto social específico e relevante, e da qual o próprio município é accionista, podendo, nesta qualidade, exercer algum poder de regulação, trata-se de levar a cabo uma discricionariedade no mínimo duvidosa.

nos termos da al. 1) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi

deliberado, com trinta e um votos a favor e onze abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril corrente, aprovar a alteração aos artigos 4º, 5º e 14º dos Estatutos da AC, Águas de Coimbra, EM. publicados no Diário da República, III Série, de 26 de Março de 2004, a qual fica apensa à presente certidão fazendo parte integrante da mesma.  
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 3 - Clube de Tiro e Sport - atribuição da Medalha da Cidade/grau ouro:  
Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):**

"Quando vi este ponto da ordem de trabalhos não pude deixar de recordar, aqueles setes belos e verdes anos que passei no Liceu Infante D. Maria, ao tempo ainda feminino. Vieram-me à memória aquelas adolescentes conversas de 2ª feira, onde o Tiro era protagonista. Sei ainda quem eram os heróis e as heroínas do fim de semana, porque sendo o Tiro o clube mais assumidamente elitista da cidade, só algumas e muito poucas o frequentavam, sei principalmente os apelidos, porque estes é que davam o acesso directo ao Tiro.

Além de saber que o Tiro era frequentado por uma minoria super seleccionada, através dessas conversas de 2ª feira; fiquei também a saber que as actividades fundamentais eram o namoro dos adolescentes (o que até acho saudável, já que à época eles frequentavam o D.João III e elas o Infante D. Maria), o bridge, o poker e talvez a canasta.

Claro passaram mais de 30 anos, felizmente muita coisa e muita gente se democratizou! Tentei não dar muito peso às minhas memórias de adolescência e procurei saber o que actualmente se passava. Procurei dois jovens, actuais frequentadores e passo a reproduzir o diálogo que se estabeleceu:

Eu: Então o que é que fazem quando vão ao Tiro.

Eles:(em concordância): No Tiro não se passa nada, vamos lá porque a cerveja é mais barata. A única coisa que distingue o Tiro dos outros cafés é a possibilidade de jogar às cartas. Mas porque perguntas? Vindo de ti só pode ter a ver com a política!

Eu: A Câmara decidiu atribuir a medalha de ouro ao Tiro e eu vou ter que votar.

Eles: (em gargalhadas): Vê lá! Se achas que no teu tempo aquilo fez alguma coisa pela cidade... Agora é um café como os outros com jogo de cartas autorizado!

Continuei a minha pesquisa e fui, como a moda manda, ao Google e o que encontrei: torneios de bridge, jogos de bridge e bridge...

Eu que quando vi este ponto na ordem de trabalhos, pensei serenamente em me abster, depois desta pesquisa de informação só posso mesmo votar contra, a menos que algum dos presentes esteja disposto a enumerar o que é que o Tiro e Sport fez pela cidade de Coimbra, nos últimos 10 ou 20 anos!

Apesar de não votar a favor desta distinção, dou os parabéns pelos 100 anos, desejo as maiores felicidades e desejo principalmente que a atribuição deste galardão sirva para dinamizar o clube, que crie actividades desportivas e culturais que atraia jovens e que eu daqui a 2 ou 3 anos possa dizer: " se fosse hoje votaria a favor!"

Por agora não posso deixar de lamentar tal banalização do galardão máximo da cidade, enfim, banalização que instância mais alta se encarregaram já de iniciar...

Aproveito para chamar a atenção para o facto de haver medalhas cuja distribuição foi aqui aprovada e que não foram entregues às respectivas entidades, não duvido que a razão tenha sido simples esquecimento mas há que corrigir estas falhas."

**Ponto 4 - Regulamento Municipal da Concessão de Medalhas Honoríficas-alteração:**

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 3 de Abril corrente, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de criação da Medalha de Mérito da Solidariedade Social no Regulamento Municipal da Concessão de Medalhas Honoríficas, a saber:

Artº 1º

....

....

g) Medalha de Mérito da Solidariedade Social

....

....

Artº 28º

A Medalha de Mérito da Solidariedade Social destina-se a distinguir personalidades ou entidades cuja actividade na área da solidariedade social seja motivo de destaque pelo seu exemplo ou pela obra realizada em prol dos mais desfavorecidos, sejam crianças, idosos, cidadãos com deficiência ou pessoas socialmente excluídas, tendo contribuído com a sua actividade para minimizar o sofrimento e propiciar novas oportunidades.

Artº29º

A Medalha de Mérito da Solidariedade Social é de Prata e tem o formato da Medalha da Cidade, tendo, de um lado, o brasão da cidade e, do outro lado, uma cercadura de carvalho e louro no semicírculo inferior e no superior a expressão "Solidariedade Social" e impressa, ao centro, a menção "Medalha de Mérito."

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 5 - Criação da "Fundação Museu da Ciência" e extinção da "Fundação Infante D. Pedro":**

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe a Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara datada de 5/07/2005, e nos termos da al. 1) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos aprovar a criação da "Fundação Museu da Ciência" entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Universidade de Coimbra e extinguir a "Fundação D. Pedro" que será acompanhada da reversão do património fundacional para a entidade instituidora.

**Ponto 6 - Associação da Rota da Bairrada - adesão:**

Relativamente ao assunto acima mencionado e sob proposta da Câmara Municipal datada de 3 de Abril de 2006, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea m) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de 11 de Janeiro, aprovar a proposta de adesão da Câmara Municipal de Coimbra à

Associação Rota da Bairrada, bem como o pagamento da jóia de adesão no valor de 250€ e da quota anual de 500€

Do mesmo modo foi deliberado aprovar os respectivos estatutos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 7 - Associação "European Neighbour' Day/Immeubles em Fête-Comemoração do dia Europeu dos Vizinhos' 30 de Maio 2006-adesão:**

Relativamente a este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de Fevereiro último, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea m) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de 11 de Janeiro, aprovar a proposta de adesão à Associação "European Neighbours' Day/Immeubles en Fête", bem como autorizar o pagamento da cota anual no valor de 1000€

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 8 - Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita em Pinhal de Marrocos:**

Para o processo mencionado em epígrafe e sob proposta da Câmara datada de 3 de Abril de 2006, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, o seguinte:

-A desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno destinada a construção, com a área de 100,00m<sup>2</sup>, situada à Rua Pedro Hispano, freguesia de Santo António dos Olivais, a confrontar do Norte e Nascente com Universidade de Coimbra, do Sul e Poente com Município de Coimbra.

-A permuta da parcela acima identificada pela parcela com a área de 100,00m<sup>2</sup>, situada à Rua Pedro Hispano, freguesia de Santo António dos Olivais, a destacar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº2265/19900709, freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial nº2315, com a área total de 14.578,00m<sup>2</sup>, sendo a parcela a confrontar do Norte, Sul e Nascente com Universidade de Coimbra.

**Ponto 9 - Regimento da Assembleia Municipal-alterações:**

Este assunto ficou adiado para a próxima sessão.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.